



Enquadrando a Segurança Alimentar dentro dos Programas de Meios Sustentáveis de Vida



Enquadrar a Segurança Alimentar dentro dos Programas de Meios Sustentáveis de Vida

A woman wearing a patterned headscarf and traditional dress is smiling as she pours small white beads from a large woven basket onto a patterned rug. The scene is captured in a high-angle, slightly blurred shot, emphasizing the texture of the beads and the intricate patterns of the rug and her clothing.

Parte 1
Antecedentes e Conceitos



Índice

Parte 1

Resumo	7
Siglas	9
Apresentação	11
1 Definição de Segurança Alimentar	13
Tabela 1: Definição de Segurança Alimentar	13
2 O Direito à Alimentação	15
Figura 1: Sectores que interagem	16
3 O Apoio da Oxfam Novib para as Actividades de Segurança Alimentar	19
4 O Quadro Conceptual para a Segurança Alimentar	21
Figura 2: Quadro Conceptual das Causas da Insegurança Alimentar	21
Causas directas ao nível do indivíduo	22
Causas subjacentes, aos níveis do agregado familiar e da comunidade	22
5 O Quadro Conceptual de Meios Sustentáveis de Vida	23
5.1 Contexto de Vulnerabilidade	23
5.2 Activos de Meios de Vida	29
5.3 Transformar estruturas e processos	30
5.4 As estratégias de meios de vida	30
5.5 Os Resultados a nível dos Meios de Vida	30
6 Feitura de lobbies, campanhas e advocacia	33
6.1 Monitoria do impacto da OMC sobre a segurança alimentar – o Acordo sobre a Agricultura	33
6.2 Acordos de Livre Comércio – Acordos Comerciais Regionais e Bilaterais (ACR)	34
6.3 Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS)	35
6.4 Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)	36
7 Resumo da Abordagem da Oxfam Novib à Segurança Alimentar	37
8 Avaliação da Política de Segurança Alimentar da Oxfam Novib	39
9 Traduzir as Lições em Acção	41
Fontes citadas	45
Anexo Dados e números sobre o tamanho da insegurança alimentar	47

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Definição de Segurança Alimentar	13
Figura 1: Sectores que interagem	16
Figura 2: Quadro Conceptual das Causas da Insegurança Alimentar	21
Figura 3: Quadro de Meios Sustentáveis de Vida	23
Tabela 2: Diferentes Níveis de Acções, Intervenções, Foco, Objectivos e Resultados	37

Parte 2

Apresentação	51
---------------------	-----------

Resumo

Em 2005, 815 milhões de pessoas no mundo em vias de desenvolvimento eram subnutridas, tendo um consumo aquém da quantidade mínima de calorias indispensável para a boa saúde e crescimento. Desde a Cimeira Mundial da Alimentação em Roma em 1996, quase nenhuns passos foram dados rumo ao cumprimento da meta que a mesma se fixou, de reduzir em metade até ao ano 2015 o número de pessoas com fome no mundo. A Oxfam Novib considera isto inaceitável.

A Oxfam Novib trabalha em conjunto com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, governos e o sector privado para aliviar a pobreza e assim melhorar o estado dos muito pobres relativamente à segurança alimentar. Ela é igualmente membro da Oxfam Internacional (OI) e coopera de perto com as organizações Oxfam provenientes de outros países, sobre uma gama de questões. As actividades da Oxfam (Novib e OI) enquadram-se em três domínios principais: abordar a pobreza directamente, desenvolver a sociedade civil, e trabalho de feitura de lobbies e de advocacia, o qual inclui a sensibilização entre o público em geral.

O presente documento aproveita muitos anos de experiência de trabalho sobre questões de segurança alimentar. Ele expõe o nosso entendimento dos múltiplos níveis de assuntos que originam a insegurança alimentar. Estes variam desde factores ao nível individual, até ao outro extremo do nível internacional. Eles são examinados na Parte 1 deste relatório. A Parte 2 examina algumas formas pelas quais as organizações podem procurar integrar estas questões nos ciclos de planificação, implementação, monitoria e avaliação dos seus projectos.

Entender a segurança alimentar

A segurança alimentar compreende três aspectos ou pilares fundamentais: disponibilidade, acesso e utilização. O primeiro refere-se à presença (ou à ausência) de alimentação dentro de uma determinada zona, o segundo refere-se à capacidade dos indivíduos ou dos agregados familiares de reivindicar estas fontes de alimentação, e o terceiro à sua capacidade de utilizar os alimentos numa maneira que promova a sua saúde e bem-estar. As diferenças entre os géneros desempenham um papel chave em todos estes estágios, sendo preciso que sejam levadas em conta na montagem e implementação dos programas de segurança alimentar.

A Oxfam adopta uma abordagem à segurança alimentar baseada nos direitos, abordagem essa consagrada em resoluções aprovadas em vários tratados internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A Oxfam encara a segurança alimentar como estando ligada fundamentalmente a questões de meios de vida e de potencialização (*empowerment*). A segurança alimentar a nível individual pode ser melhor entendida em termos de saúde, nutrição, acesso, saneamento e serviços sociais. Os relacionamentos entre estas questões estão expostos no quadro conceptual sobre as causas da insegurança alimentar (Figura 2). Estas questões estão colocadas dentro do contexto de forças sociais e económicas mais abrangentes, conforme vêm detalhadas no quadro de meios sustentáveis de vida (Figura 3). As tendências a longo prazo que estão a ter efeitos significativos sobre as opções em termos de meios de vida, incluem as seguintes: migração e remessas de dinheiro, HIV/SIDA e pressões ambientais (degradação

dos recursos, padrões mutáveis de uso da terra, e os efeitos da mudança climática). Outros aspectos da ordem internacional (notavelmente a OMC, os Acordos de Livre Comércio, os Direitos de Propriedade Intelectual e o papel das Instituições Financeiras Internacionais [here called Institutions, but in other places Institutes] impedem igualmente que as pessoas pobres desenvolvam meios sustentáveis de vida.

Em 2005, a Oxfam Novib reviu as operações de segurança alimentar que são realizadas através das organizações que nós apoiamos. A revisão identificou os assuntos importantes que se seguem:

- *A segurança alimentar exige uma abordagem globalizante;*
- *A ligação da agricultura com a saúde;*
- *A realização da segurança alimentar através de parcerias;*
- *O relacionamento da segurança alimentar com a segurança de rendimento;*
- *A colocação do género na corrente principal (mainstreaming) e o envolvimento dos homens na nutrição;*
- *O desenvolvimento na base dos pontos fortes das pessoas;*
- *O estabelecimento de sistemas de monitoria e avaliação, e;*
- *A influência da política nacional sobre a segurança alimentar.*

As contrapartes da Oxfam Novib tiveram um desempenho positivo relativamente à maior parte destas questões, mas não tão bom sobre outras. A Parte 2 do presente relatório pretende reforçar o desempenho destas, naquelas áreas em que podiam ser efectuadas melhorias. Os critérios expostos nesta secção, igualmente influenciarão a selecção das organizações parceiras no futuro e a adaptação dos projectos e programas pela Oxfam Novib.

Uma atenção especial será prestada: ao pilar da utilização dos alimentos; à abordagem de assuntos estratégicos de género; à monitoria e avaliação; e ao melhoramento do envolvimento das organizações parceiras no trabalho de feitura de lobbies e de advocacia. O jogo de ferramentas práticas expõe um caminho de oito fases de desenvolvimento de projectos e programas, todas as quais consideramos de importância fundamental:

- Descrição do problema;
- Análise dos principais intervenientes;
- Análise das causas do problema;
- Análise em termos de género juntamente com os grupos-alvo;
- Análise do HIV/SIDA;
- Formulação do nível mais conveniente de intervenção;
- Implementação, e;
- Monitoria, avaliação e aprendizagem.

A Parte 2 do relatório proporciona métodos para a recolha de dados, planificação participativa, identificação e selecção de intervenções convenientes. Ela sugere uma lista diversa de eventuais intervenções, visando diferentes níveis: os do indivíduo, do agregado familiar e da comunidade, e os níveis comunitário, nacional e internacional. As actividades ao primeiro nível abordam as causas directas da sub-nutrição. Aquelas ao segundo nível, abordam as causas subjacentes da sub-nutrição e, aquelas aos níveis mais elevados de agregação, abordam as suas causas estruturais. Integrando estas três abordagens, podem ser elaboradas soluções mais eficazes ao problema persistente de insegurança alimentar. O relatório termina pela apresentação duma gama de indicadores que podem ser utilizados para medir a eficácia das intervenções e pelo exame das vantagens e desvantagens destes [of tehse] indicadores.

Siglas

ACP	Países de África, das Caraíbas e do Pacífico
ALC	Acordo de Livre Comércio
APE	Acordo de Parceria Económica
ARC	Acordo Regional de Comércio
CMA	Cimeira Mundial da Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IFI	Instituição Financeira Internacional
KIC	Infra-estrutura de Conhecimentos para e entre Contrapartes
MDG	Metas de Desenvolvimento do Milénio
MSV	Meios Sustentáveis de Vida
OBC	Organizações Baseadas na Comunidade
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OI	Oxfam Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAC	Política Agrícola Comum
PI	Propriedade Intelectual
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PRSP	Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SPM	Plano Estratégico de Gestão da Carteira
TRIPS	Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio
UE	União Europeia
WID	Mulher no Desenvolvimento



Apresentação

O facto dos agregados familiares não conseguirem satisfazer as suas necessidades alimentares básicas, constitui o sinal mais flagrante e visível da pobreza. A insegurança alimentar não se trata simplesmente dum resultado da pobreza, como igualmente constitui uma causa da mesma. Para quebrar o ciclo da pobreza e da fome, exige-se uma abordagem estrutural. Portanto, a segurança alimentar constitui uma dimensão chave da missão da Oxfam Novib de aliviar a pobreza.

A Oxfam Novib trabalha com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, governos e o sector privado para aliviar a pobreza. A Oxfam Novib é membro da Oxfam Internacional (OI), uma confederação de organizações filiadas que trabalham em conjunto para aumentar o seu impacto a nível internacional na luta contra a pobreza e a injustiça afim, pelo mundo fora.

Em 2005, 815 milhões de pessoas no mundo em vias de desenvolvimento estavam subnutridas, consumindo menos calorias do que aquelas de que precisam para a saúde e crescimento sólidos.¹ A Oxfam Novib considera isto inaceitável. É imprescindível que sejam envidados mais esforços no sentido de reduzir a prevalência da fome e de alcançar a meta, fixada pela Cimeira Mundial da Alimentação em 1996, de reduzir em metade o número de pessoas subnutridas até 2015.

Para a Oxfam Novib e a OI, isto implica a promoção do direito das pessoas [peoples' = of the peoples] a meios sustentáveis de vida, particularmente nas zonas rurais que continuam a ser as zonas com a maior prevalência de pobreza e fome. Isto envolve a promoção da agricultura, a qual desempenha um papel imprescindível e insubstituível para garantir a segurança alimentar, constituindo uma fonte de rendimento para dois terços dos pobres do mundo. A agricultura desempenha também um papel fundamental na influência da disponibilidade e acesso a uma gama de bens públicos sociais e ambientais. Nenhum esforço sério pode ter sucesso no cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDG) e das metas da Cimeira Mundial da Alimentação, se o mesmo não abordar a pobreza rural. Para este fim, a Oxfam Novib apoia acções que focalizam três estratégias principais: a abordagem directa da pobreza, o desenvolvimento da sociedade civil e o trabalho de feitura de lobbies e de advocacia.

Propósito e Estrutura do presente Documento

Este documento para debate realça o trabalho relacionado com a segurança alimentar que a Oxfam Novib tem vindo a apoiar e as lições que foram aprendidas a partir disto. As experiências da Oxfam Novib neste campo remontam a muitas décadas atrás, aos programas alimentares e nutricionais (programas VPO) financiados pelo governo holandês, e incluem muitos programas de segurança alimentar implementados pelas nossas contrapartes. Em 2000 redigimos um documento sobre as políticas que documentou as nossas experiências até essa altura, e em 2005 realizámos uma avaliação da forma como as nossas contrapartes tinham implementado esta política de segurança alimentar. Na base destas

¹ *Veja-se Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, 1996. Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas, 1996.*

constatações e dos debates que geraram, decidimos actualizar este trabalho, levando em conta o contexto mutável no qual estas actividades estão a ser realizadas.

O presente documento para debate tem como público alvo, o pessoal da Oxfam Novib e as nossas contrapartes (doadores, organizações que apoiamos, etc.) para apoiá-los melhor na planificação e implementação das suas actividades de segurança alimentar. Ele reflecte o que nós e as nossas contrapartes realizámos e aprendemos pelo caminho, expondo o nosso rumo e estratégias futuros. O presente relatório emprega os termos “OI” e “Oxfam” sem distinção para referir-se ao trabalho conjunto dos filiados da Oxfam.

O presente documento para debate contém duas partes. A Parte 1 traça os antecedentes e conceitos, estando estruturada conforme se segue:

- Secção 1: A Definição de Segurança Alimentar
- Secção 2: A Alimentação como Direito
- Secção 3: O Apoio da Oxfam Novib às Actividades de Segurança Alimentar
- Secção 4: Quadro Conceptual da Segurança Alimentar
- Secção 5: Quadro dos Meios Sustentáveis de Vida
- Secção 6: Feitura de Lobbies, Campanhas e Advocacia
- Secção 7: Resumo da Abordagem da Oxfam Novib à Segurança Alimentar
- Secção 8: Avaliação da Política de Segurança Alimentar da Oxfam Novib
- Secção 9: Tradução das Lições em Acção

A Parte 1 apresenta os conceitos e quadros que melhor descrevem as causas da insegurança alimentar a diversos níveis: desde o nível individual, até ao outro extremo do nível internacional. Faz-se uma tentativa a cada nível, de ilustrar os principais factores que afectam a segurança alimentar. Ela proporciona igualmente uma vista geral das recomendações contidas dentro da avaliação da política de segurança alimentar da Oxfam Novib em 2005 e das respectivas lições aprendidas, bem como uma vista geral da forma como pretendemos concretizar tais lições no futuro.

O documento está disposto de modo a permitir que as pessoas leiam as secções que sejam interessantes para si, sem a necessidade de ler o documento inteiro. O Anexo 1 proporciona alguns dados e números sobre a dimensão do problema de insegurança alimentar a nível mundial, e o Anexo 2 proporciona uma lista das organizações que trabalham sobre a segurança alimentar e que são apoiadas pela Oxfam Novib.

A Parte 2 do relatório trata-se dum jogo de ferramentas que proporciona ferramentas e recursos para os praticantes, em particular aqueles com que trabalhamos e que pretenderem solicitar um financiamento no futuro. Ela expõe as nossas prioridades futuras e os critérios que vamos aplicar na nossa avaliação dos pedidos de financiamento para projectos de segurança alimentar no futuro.

1. Definição de Segurança Alimentar

A Oxfam Novib segue a definição de segurança alimentar adoptada pela Cimeira Mundial da Alimentação em 1996: “A segurança alimentar, aos níveis individual, do agregado familiar, nacional, regional e mundial, [é alcançada] quando todas as pessoas, em todas as alturas, dispõem do acesso físico e económico à alimentação suficiente, segura e nutritiva para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências em termos de comida para uma vida activa e saudável”.² Esta definição contém vários aspectos diferentes, conforme estão ilustrados na Tabela 1.

Tabela 1: Definição de Segurança Alimentar

Todos têm			
Em todas as alturas	A estabilidade de disponibilidade, acesso e utilização de alimentos ao longo do ano e com a passagem do tempo. A protecção contra os riscos que afectam a segurança alimentar das pessoas.		
O acesso ao seguinte	O direito à alimentação. As pessoas têm direito a uma alimentação suficiente. A comportabilidade da alimentação, em função do poder de compra e dos preços dos alimentos no mercado. Uma produção própria, dependendo dos direitos à terra, etc.		
E o controlo sobre	O poder de tomar decisões relativamente à produção, distribuição, consumo, etc. dos alimentos.		
Quantidades suficientes	Alimentação suficiente para satisfazer os seus requisitos alimentares diários e um stock suficiente a nível do agregado familiar e comunitário para resistir os choques.		
De alimentação de boa qualidade	Uma variedade de alimentos nutritivos, seguros e culturalmente apropriados.		
Para uma vida activa e saudável	Um consumo conveniente e uma boa utilização biológica da alimentação, dando como resultado um estado nutricional adequado por parte das pessoas.		
Equidade	Disponibilidade	Acessibilidade	Utilização

Portanto, existem três aspectos ou pilares da segurança alimentar: os da disponibilidade, do acesso e da utilização. Todos os três pilares têm que estar no seu lugar, para que se possa garantir a segurança alimentar. Estes três pilares são examinados individualmente a seguir.

Disponibilidade: Em alguns países em vias de desenvolvimento, a disponibilidade de alimentos (o que inclui a estabilidade na sua disponibilidade) pode constituir um factor limitante na realização da segurança alimentar. Os agregados familiares poderão eventualmente não conseguir cultivar alimentos suficientes para as suas próprias necessidades, ou pode eventualmente haver alimentação insuficiente disponível nos mercados locais de alimentos, devido a uma baixa produtividade agrícola ou a uma infra-estrutura deficiente. Garantir a disponibilidade de alimentos, significa garantir que esteja disponível alimentação suficiente para todas as pessoas, por via, por

² FAO, 1996. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar a nível Mundial, e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Cimeira Mundial da Alimentação, 13 a 17 de Novembro de 1996. Roma.

exemplo, do melhoramento da produção local (ou nacional) ou da importação dos alimentos.

Acesso: O acesso à alimentação está assegurada quando todos os agregados familiares (e todos os indivíduos dentro desses agregados) conseguem obter uma alimentação suficiente e apropriada para uma dieta nutritiva. O desenvolvimento do pilar do acesso à alimentação, tem a ver com a facilitação para que as pessoas ou produzam alimentos, ou os adquiram no mercado. É imprescindível que o acesso seja consistente e constante. Este é frequentemente um problema para os agregados familiares de baixa renda que dispõem de poucas oportunidades de acumular stocks suficientes de alimentos para a “estação de fome” ou para gerar um nível suficiente de rendimento. Melhorar o acesso à alimentação, significa igualmente reconhecer que os indivíduos dentro dos agregados familiares podem ter níveis diferentes de acesso. A distribuição da riqueza e do rendimento dentro do agregado familiar, as diferenças de poder e de prestígio ligadas à idade, sexo, cultura e religião, podem todas desempenhar um papel na criação de níveis desiguais de acesso.

Utilização: A utilização refere-se ao consumo e à nutrição; isto é, a capacidade do corpo humano de transformar os alimentos na energia e nutrientes que são necessários para a realização das actividades do dia-a-dia ou para a acumulação de reservas. A utilização tem a ver com uma dieta suficiente e variada, um ambiente físico saudável (de forma a evitar a doença) e um entendimento das práticas correctas de conservação e preparação dos alimentos. A segurança da nutrição exige que se tenha acesso à alimentação suficiente, estando bem cuidado e tendo acesso aos serviços sociais básicos. A utilização adequada dos alimentos implica trabalhar-se ao nível individual para garantir a segurança nutricional.

Dentro de cada pilar, é importante examinar a forma como os papéis de género afectam a segurança alimentar. Na maioria das sociedades, as mulheres são responsáveis exclusivamente por preparar, cozinhar, conservar e armazenar os alimentos da família – e em muitas sociedades, elas têm a responsabilidade principal pela sua produção e/ou compra. Todavia, falta-lhes frequentemente o poder de decisão sobre como empregar os vários recursos a nível do agregado familiar e sobre como estes estão distribuídos dentro do mesmo. A investigação mostra que enquanto as mulheres carecem do controlo sobre os recursos a nível do agregado familiar, quaisquer aumentos no rendimento a nível do agregado podem eventualmente não ser aproveitados para o seu benefício nutricional ideal. Por esta razão, é necessário que o género seja integrado por completo nos programas de segurança alimentar.

Na sua essência, é necessário pensar-se na segurança alimentar em termos dos indivíduos: o foco em última instância, é o estado nutricional dos membros individuais do agregado familiar. Mas muitos outros níveis afectam o nível do indivíduo, portanto, a segurança alimentar implica igualmente prestar atenção aos diferentes níveis de agregação, além do indivíduo e do agregado familiar: aos níveis comunitário, regional, nacional e internacional. Se bem que existe alimentação suficiente a nível mundial, e frequentemente aos níveis nacionais, a escassez pode surgir ao nível regional, comunitário, do agregado familiar ou do indivíduo.

2. O Direito à Alimentação

Em 2000 a Oxfam Novib, juntamente com a OI, adoptou uma abordagem baseada nos direitos como o quadro para todo o seu trabalho.³ A segurança alimentar constitui parte do trabalho da Oxfam sobre o direito a um meio sustentável de vida (Objectivo nº 1). O direito à alimentação suficiente e a estar livre da fome, está consagrado firmemente no direito internacional, inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Artigo 25.1), o Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966 (Artigos 11.1 e 2) e o Convénio sobre os Direitos da Criança de 1989 (Artigo 24.1).

Com a ratificação destes instrumentos legais, os estados admitem a sua obrigação de respeitar, proteger e satisfazer (o que significa facilitar e – como último recurso – proporcionar) a realização progressiva do direito à alimentação suficiente.

O direito de estar livre de fome, significa que os estados têm uma obrigação a garantir que, no mínimo, as pessoas não morram de fome. Este direito está ligado intrinsecamente ao direito à vida, não devendo a sua provisão interferir com o gozo de outros direitos humanos.⁴ Para gozar na íntegra do direito à alimentação, as pessoas necessitam igualmente de acesso aos cuidados de saúde e ao ensino, do respeito pelos seus valores culturais, do direito a possuir bens e do direito a organizar-se em termos económicos e políticos. O direito à alimentação está ligado intrinsecamente ao espectro inteiro dos direitos humanos, sendo a sua realização imprescindível no combate à pobreza.

Uma abordagem baseada nos direitos à segurança alimentar, enfatiza a satisfação das necessidades básicas das pessoas como uma questão de direito, em vez de uma de benevolência. Uma abordagem baseada nos direitos potencializa igualmente os titulares dos direitos, permitindo que se tornem participantes na realização do seu direito à alimentação. A aplicação dos princípios dos direitos humanos é fundamental para o processo de abolição da fome e de realização da segurança alimentar. Os princípios chave duma abordagem baseada nos direitos são como se seguem: responsabilização, não discriminação, transparência, potencialização e participação.

A partir duma perspectiva baseada nos direitos, em última instância são os governos que são responsáveis por garantir que seja cumprido o direito à alimentação. Através das políticas que eles criam e implementam, os governos podem ou assegurar ou minar a segurança alimentar das pessoas. Em 2004 o Conselho da FAO adoptou Directrizes Voluntárias para Apoiar a Realização Progressiva do Direito à Alimentação no Contexto da Segurança Alimentar a nível Nacional.⁵ O objectivo destas Directrizes Voluntárias, é de proporcionar uma orientação prática aos estados na implementação da realização progressiva do direito à alimentação suficiente no contexto da segurança alimentar a nível nacional, cumprindo deste modo as metas do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação.

³ Isto inclui todo o trabalho da Oxfam, o qual tem cinco Objectivos: o direito a um meio sustentável de vida (Objectivo nº 1); o direito a serviços sociais básicos (Objectivo nº 2); o direito à vida e à segurança (Objectivo nº 3); o direito a ser ouvido (Objectivo nº 4); e o direito a uma identidade (Objectivo nº 5).

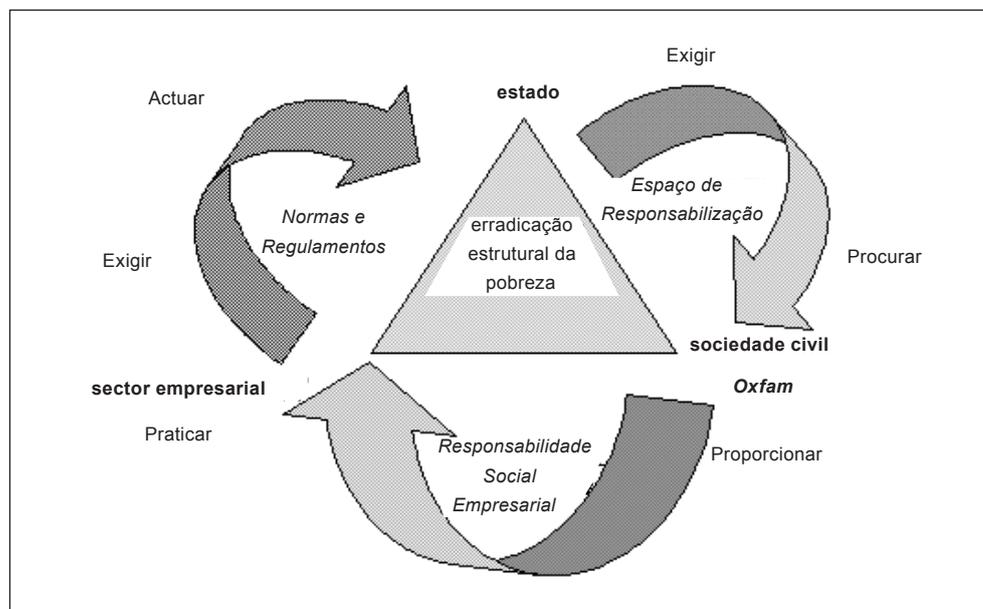
⁴ A aquisição de alimentação suficiente para uma dieta adequada, não deve ser tão cara que ameace a satisfação de outros direitos sócio-económicos, nem deve ser realizada em detrimento dos direitos civis e políticos.

⁵ As Directrizes Voluntárias não são juridicamente sujeitantes, mas recorrem ao direito internacional e proporcionam uma orientação sobre a implementação das obrigações existentes (veja-se em inglês: http://www.fao.org/righttofood/index_en.htm, ou em espanhol: http://www.fao.org/righttofood/index_es.htm).

A Oxfam Novib é da opinião de que o sector privado tem igualmente um papel e uma responsabilidade na redução da pobreza (veja-se a Figura 1). Em particular, as empresas multi-nacionais que estão envolvidas no sector agrícola e alimentar, devem reconhecer as suas responsabilidades sociais e ambientais. Elas devem pagar preços remunerativos que não deixem os agricultores entrar na pobreza. Elas devem comprometer-se a proporcionar termos de emprego e condições de trabalho que cumpram com a lei a nível nacional e com as normas internacionais. Através das suas práticas empresariais e de advocacia, elas devem promover activamente o desenvolvimento sustentável, a equidade social e condições melhoradas de trabalho na produção e comércio agrícolas.

A Oxfam Novib estimula as empresas a concretizar a sua responsabilidade social empresarial, através dum debate geral na sociedade, de entrar em diálogo construtivo com elas e de diversas formas de cooperação. A Oxfam Novib chama a atenção do público igualmente para as empresas que não estejam a levar a sua responsabilidade a sério, contribuindo em vez disso para a pobreza e para a insegurança alimentar.

Figura 1: Sectores que interagem



Conforme está ilustrado na Figura 1, a Oxfam Novib encara a sociedade civil, o estado e o sector das grandes empresas como tendo todos eles um papel a desempenhar na garantia da segurança alimentar e dos meios sustentáveis de vida. As experiências locais podem dar forma concreta aos debates a nível mundial, encorajando as pessoas e organizações em outra parte do mundo a adoptarem novas práticas e políticas. Da mesma maneira, as redes a nível mundial podem aplicar pressão sobre os governos nacionais para que estes protejam e reforcem os sistemas de meios de vida, de modo que as pessoas não sofram a injustiça da insegurança alimentar.

A Oxfam Novib trabalha com muitas organizações da sociedade civil (OSC) e movimentos sociais pelo mundo fora. Algumas OSC e movimentos percebem limites no conceito de segurança alimentar, tendo começado a falar em vez disso da Soberania Alimentar. O conceito de Soberania Alimentar foi lançado pela primeira vez pela Via Campesina, na Cimeira Mundial da Alimentação de 1996 em Roma. A Soberania Alimentar é o direito dos povos, comunidades e países de definirem as suas próprias políticas agrícolas, laborais, pesqueiras, alimentares e da terra,

duma maneira que seja conveniente em termos ecológicos, sociais, económicos e culturais para as suas circunstâncias singulares. Esta abordagem privilegia a agricultura familiar em pequena escala, sistemas alimentares enraizados nas culturas alimentares e práticas agro-ecológicas locais, em vez dos sistemas agrícolas industrializados, do controlo das grandes empresas sobre a alimentação e a agricultura, e de cadeias alargadas de comercialização. A Comissão de Planificação Internacional das ONG/OSC para a Soberania Alimentar (IPC-FS), um movimento com base ampla de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, organizou o primeiro Foro Mundial pela Soberania Alimentar em Roma em 2002. O seu objectivo era de coordenar e promover debate entre ONGs, OSCs, as agências das NU e outras organizações internacionais, sobre todos os assuntos agrícolas e relacionados à alimentação.⁶ A Oxfam Novib apoia algumas organizações que estão envolvidas no movimento de Soberania Alimentar. Observaremos com interesse para ver como é que é operacionalizado o conceito de Soberania Alimentar ao nível de programas e projectos, e o impacto do mesmo ao nível do indivíduo.

⁶ A IPC-FS é reconhecida actualmente pelas organizações das Nações Unidas, como uma entidade representativa com direito a intervir nas negociações sobre a alimentação e a nutrição.



3. O Apoio da Oxfam Novib para as Actividades de Segurança Alimentar

A Oxfam Novib apoia muitas organizações que trabalham para realizar a segurança alimentar. O trabalho destas organizações sobre o Objectivo nº 1 – o direito a um meio sustentável de vida e à segurança alimentar melhorada – é tanto um objectivo como um resultado destes projectos. As nossas contrapartes no Objectivo nº 1 estão a trabalhar em dezanove países centrais e dez agrupamentos regionais⁷, assim como nos Países Baixos e a nível mundial. As formas pelas quais a Oxfam Novib e estas contrapartes trabalham em conjunto para realizarem a segurança de rendimento e alimentar, estão traçadas em pormenor nos Planos Estratégicos de Gestão da Carteira (SPMs) de 2007 a 2010 para cada país fundamental e agrupamento regional.

Se bem que as situações sempre divergem de lugar para lugar, existem vários desafios comuns à realização da segurança alimentar e de rendimento. Estes podem ser classificados em termos gerais conforme se seguem: a distribuição desigual da terra e de outros meios produtivos; mercados locais ineficientes e deformações dos mercados nacionais pelas exportações agrícolas subsidiadas ou pela fixação de preços abaixo dos custos (dumping), serviços fracos de extensão, pouca ou nenhuma infra-estrutura, falta de informação, falta de oportunidades não agrícolas, pouca ou nenhuma investigação sobre a agricultura de pequenos proprietários ou apoio à mesma, acesso deficiente ao crédito, pouca ou nenhuma participação por parte dos agricultores pobres na feitura de políticas governamentais, e o HIV/SIDA.

A Oxfam Novib apoia programas e projectos através de três estratégias em interligação:

- Redução directa da pobreza – actividades projectadas para melhorar a segurança de rendimento e alimentar, tais como o aumento da produtividade agrícola, o acesso aos mercados ou ao crédito, o melhoramento do maneio dos recursos naturais, etc.
- Advocacia – actividades que focalizam a mudança das políticas e práticas, melhorando desta maneira o contexto para a agricultura e os meios rurais de vida (p. ex. direitos à terra, direitos de pastagem, etc.)
- Desenvolvimento da Sociedade Civil – actividades orientadas para o desenvolvimento e reforço das capacidades organizacionais das organizações da sociedade civil (ONG, OBC, organizações de produtores, etc.), desenvolvimento e reforço de alianças entre os intervenientes da sociedade civil; reforço da capacidade de advocacia e da cidadania (tanto no Norte como no Sul).

Algumas organizações que trabalham no Objectivo nº 1, realizam também actividades ao abrigo do Objectivo nº 2 (o direito a serviços sociais básicos). Em 2006 a OI lançou a sua *Campanha por Serviços Essenciais* para chamar a atenção para o estado lamentável dos serviços essenciais em muitos países,⁸ com o fim do melhoramento do acesso por parte dos pobres, em particular das mulheres pobres, aos serviços essenciais como é o caso do ensino, da água e da saúde, todos os quais contribuem para a segurança alimentar.

⁷ Veja-se o Anexo 2.

⁸ Veja-se "In the Public Interest; health, education and water and sanitation for all" Oxfam, 2006.

As nossas organizações contrapartes trabalham igualmente em zonas afectadas pelas calamidades e pelo conflito (Objectivo nº 3). O deslocamento das pessoas, a perturbação da produção agrícola e da distribuição alimentar, deixam milhões de pessoas em risco de fome e de escassez absoluta de alimentação. Os conflitos destroem os recursos terrestres, hídricos, biológicos e sociais para a produção alimentar, enquanto que as despesas militares consomem meios que podiam ser [“be” missing] investidos na saúde, no ensino, na agricultura e na protecção do meio ambiente. Ao mesmo tempo, a insegurança alimentar pode exacerbar o conflito, particularmente quando agravada por outros choques e pressões.

Os programas normais de segurança alimentar não conseguem aguentar com as situações de emergência. Enquanto que a ajuda alimentar é uma das possíveis respostas a tais situações, muita das vezes ela não é um instrumento conveniente nem eficiente para ir ao encontro de muitas das necessidades humanitárias ou de desenvolvimento. Em particular, muita das vezes a ajuda alimentar em espécie não consegue melhorar o acesso à alimentação, devido a demoras na provisão, à monetização e a incompatibilidades entre as necessidades dos recebedores e as mercadorias doadas.⁹ Outras respostas podem ser mais apropriadas e estas devem ser mais exploradas. O que é necessário, é uma ajuda adequada que potencialize as pessoas afectadas pelas crises e responda directamente às suas necessidades prioritárias com dignidade. Por exemplo, a Oxfam tem estado a fazer experiências com as transferências de dinheiro e é da opinião de que as intervenções baseadas em numerário são mais adequadas em determinados contextos.¹⁰ O que é mais importante, a ajuda alimentar e respostas humanitárias não constituem soluções a longo prazo ao problema da fome. Melhorar os meios de vida dos homens e mulheres pobres e fomentar o crescimento agrícola, são imprescindíveis para que se reduza a fome.

Qualquer que seja a estratégia que se prossiga, a Oxfam Novib realça o seguinte:

- 1 A necessidade duma abordagem globalizante
- 2 A ligação da agricultura com a saúde
- 3 A realização da segurança alimentar através de parcerias (multi-sectoriais)
- 4 A ligação da segurança alimentar e de rendimento
- 5 A colocação do género na corrente principal e o envolvimento dos homens nas práticas de nutrição e de cuidados
- 6 O desenvolvimento na base dos pontos fortes das pessoas
- 7 A influência das políticas a nível nacional e internacional que afectam a segurança alimentar das pessoas.

As secções que se seguem esboçam como isto pode realizar-se: como garantir que os homens, mulheres e crianças estejam seguros em termos alimentares. Para entender os processos envolvidos e a forma como remediá-los, é útil começar pelo nível do indivíduo e ir trabalhando para cima, rumo ao nível internacional. O quadro conceptual para a segurança alimentar (Figura 2) contribui para entendermos as causas da insegurança alimentar e questões de meios de vida, ao nível do indivíduo, do agregado familiar e da comunidade. Aos níveis mais altos, o quadro dos meios de vida (Figura 3) ajuda-nos a identificar os factores que influenciam os meios sustentáveis de vida aos níveis comunitário, nacional e regional. A nível internacional, é necessário examinar a distribuição do poder entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento.

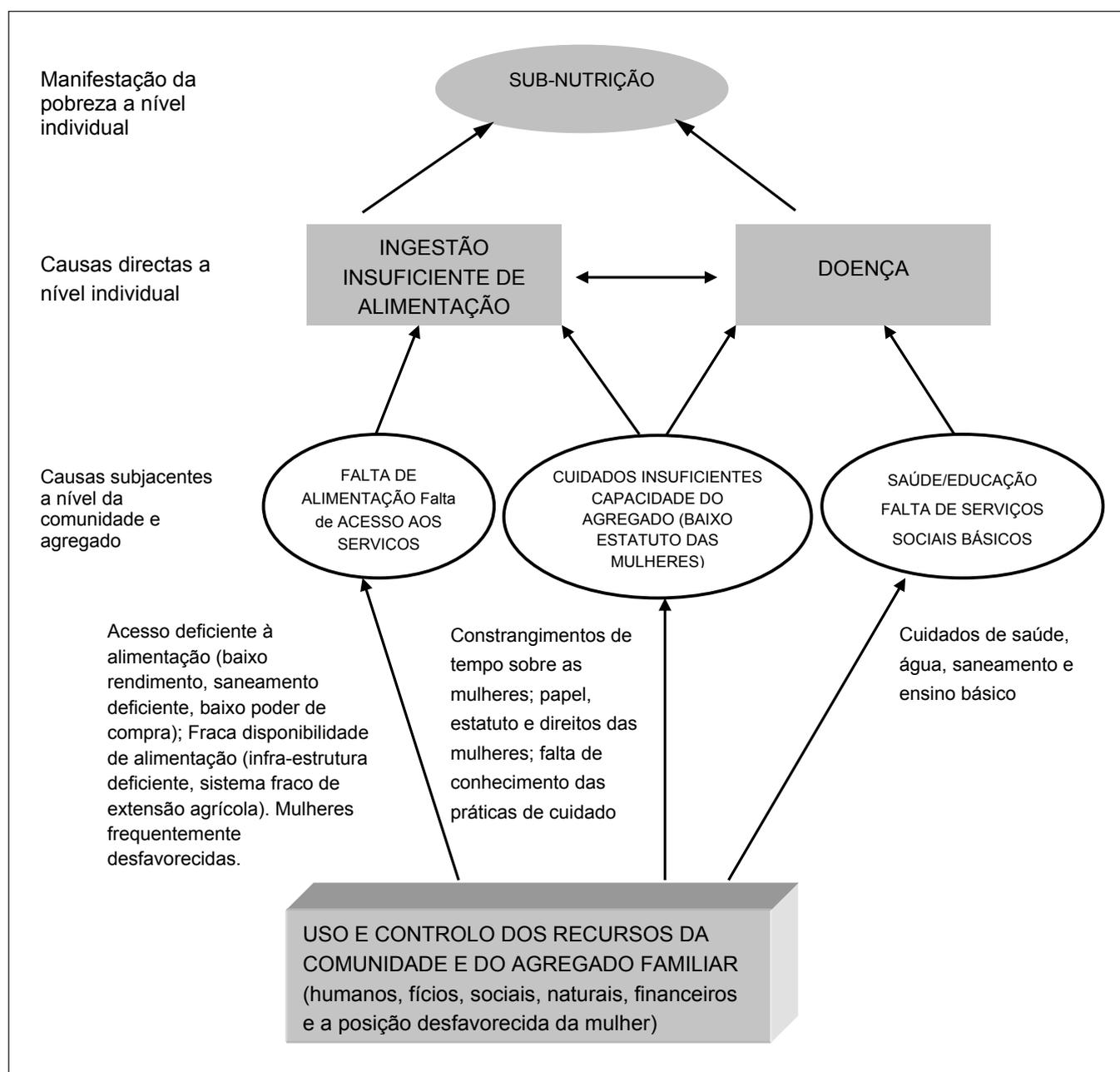
⁹ Veja-se “Food Aid or Hidden Dumping? Separating wheat from chaff” Oxfam, 2005.

¹⁰ Os países em que a Oxfam implementou recentemente programas de numerário [?], incluem os seguintes: Quênia, Uganda, Somália, Haiti, Bangladesh, Afeganistão, Paquistão e as Filipinas. Programas parecidos estão actualmente a ser montados na Indonésia e em Sri Lanka.

4. O Quadro Conceptual para a Segurança Alimentar

Para abordar a insegurança alimentar, é necessário que se tenha uma visão clara das suas causas, analisando a seguir as mesmas. A Figura 2 dá uma vista geral das causas da insegurança alimentar aos níveis do indivíduo, do agregado familiar e da comunidade.

Figura 2: Quadro Conceptual das Causas da Insegurança Alimentar



Causas directas ao nível do indivíduo

A Figura 2 exemplifica que as causas directas do estado nutricional duma pessoa, são a absorção de alimentos e o estado de saúde. A interacção entre estes factores cria frequentemente um círculo vicioso: uma pessoa subnutrida, cuja resistência à doença fica comprometida, adoece mais facilmente e a sua sub-nutrição piora. As pessoas que entrarem neste ciclo de sub-nutrição e doença, sobretudo as crianças, podem cair rapidamente numa espiral potencialmente fatal, à medida que uma condição alimenta-se da outra. Em determinados momentos do seu ciclo de vida (p. ex. gravidez, lactação, etc.) as mulheres precisam também de cuidados nutricionais adicionais.

Causas subjacentes, aos níveis do agregado familiar e da comunidade

Por sua vez, estas causas individuais directas são influenciadas por três causas subjacentes principais: a falta de segurança alimentar a nível do agregado familiar, uma capacidade insuficiente de cuidados dentro dos agregados familiares, e uma falta de acesso aos serviços sociais básicos. Estas causas subjacentes, de nível secundário, realçam o carácter multi-sectorial da sub-nutrição e da insegurança alimentar.

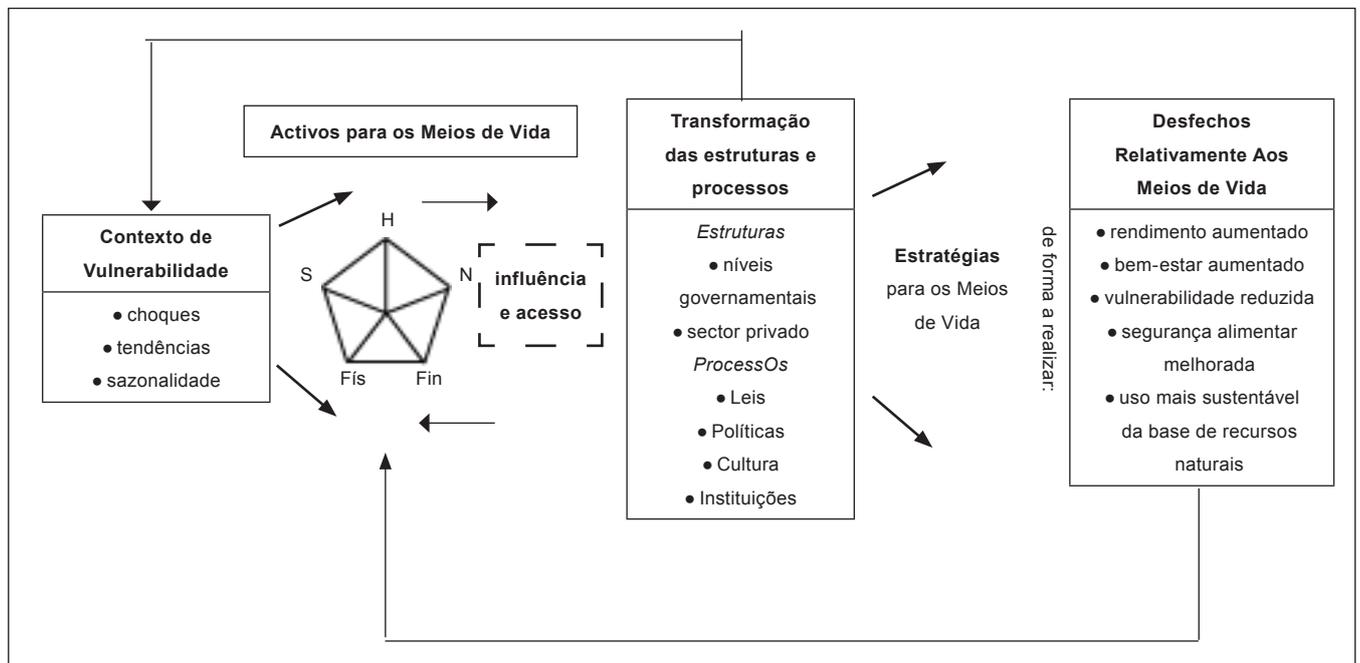
A boa saúde e boa nutrição são determinadas pela disponibilidade dos serviços sociais básicos na comunidade, pelo acesso a tais serviços, e pela sua qualidade e utilização. As comunidades precisam de serviços de saúde curativos e preventivos que sejam comportáveis e de boa qualidade. A falta de acesso fácil à água e o saneamento inadequado, constituem causas subjacentes importantes da sub-nutrição, sendo factores chave no ciclo de sub-nutrição e doença. Um acesso deficiente à água também afecta indirectamente a nutrição, com o aumento da carga de trabalho das mulheres (pelo tempo e empenho necessários para buscar água). Muita das vezes, uma escolarização insuficiente ou imprópria, particularmente das mulheres, constitui mais uma causa subjacente da sub-nutrição, uma vez que exacerba a incapacidade de gerar e controlar recursos e aproveitar melhor os que lhes estão disponíveis, de formas que melhorem a base nutricional das suas famílias.

A Figura 2 permite que percebamos as causas da desnutrição aos níveis do indivíduo, do agregado familiar e da comunidade. Todavia, é importante também ligar estes níveis aos mais altos. O quadro de Meios Sustentáveis de Vida (MSV) pode contribuir para isto, vindo descrito na secção a seguir.

5. O Quadro Conceptual de Meios Sustentáveis de Vida

Conforme anteriormente notado, a Oxfam Novib encara o direito à alimentação como estando enquadrado no direito a meios sustentáveis de vida (MSV) (Objectivo nº 1). Um meio de vida refere-se às capacidades, activos e actividades necessários para alcançar um meio de viver. O quadro de MSV (Figura 3) desenvolve-se na base da Figura 2 e permite que entendamos os relacionamentos entre os diversos aspectos (causas e manifestações) da pobreza, o que permite que as respostas sejam priorizadas com maior eficácia a um nível operacional.

Figura 3: Quadro de Meios Sustentáveis de Vida



Legenda H = Capital Humano, S = Capital Social, N = Capital Natural, Fís = Capital Físico, Fin = Capital Financeiro

É dada a seguir uma explicação mais pormenorizada do quadro de MSV, estando cada aspecto do quadro descrito e “desdobrado”, de forma a realçar a compreensão dos inter-relacionamentos entre estes vários aspectos. As explicações seguem a sequência da Figura 3, a partir da esquerda para a direita.

5.1 Contexto de Vulnerabilidade

Isto refere-se às formas pelas quais o ambiente externo afecta os agregados familiares individuais e as pessoas dentro dos mesmos, às vezes de formas diferenciadas. É importante distinguir entre choques, tendências e sazonalidade.

Choques

Os choques, como por exemplo os terremotos, cheias, doença, perda de emprego, conflitos violentos, destruição da infra-estrutura física (tal como estradas, pontes) etc., afectam todos eles a segurança alimentar. Em muitos casos, os programas normais param, sendo suplantados pela assistência humanitária e de emergência.

Sazonalidade

Flutuações sazonais prejudiciais, como é o caso das flutuações dos preços nos mercados para as culturas e o gado, das flutuações a nível da disponibilidade de alimentos devido a mudanças climáticas sazonais, às pragas etc.

Tendências

Várias tendências actuais afectam a segurança alimentar das pessoas, a sustentabilidade e capacidade de resistência dos meios de vida perante os choques externos. A Oxfam Novib considera as seguintes tendências importantes na compreensão das causas da insegurança alimentar e para que se reaja convenientemente. A importância relativa destas tendências vai variar de lugar para lugar. Algumas destas tendências estão a ser abordadas pelos programas e organizações parceiras da Oxfam, enquanto outras, menos. A Oxfam (Novib e OI) continua a controlar estas tendências. Para mais pormenores, veja-se o Plano Empresarial da Oxfam Novib e o Plano Estratégico da OI.

A Migração e as Remessas de Dinheiro

A migração e as remessas de dinheiro estão a chegar a desempenhar um papel maior nos meios de vida das pessoas em muitas partes do mundo. Os membros do agregado familiar são cada vez mais móveis, dividindo o seu tempo entre as zonas rurais e urbanas. Através da migração, muitos indivíduos e agregados familiares procuram melhorar a sua segurança de rendimento e de meios de vida. Contudo, a migração pode igualmente ser um resultado de conflitos, de stress ambiental ou de outros factores que “empurram”. O género influencia os padrões de migração, uma vez que os homens e as mulheres têm padrões diferentes de migração e respostas diferentes à mesma. Na América Latina, as mulheres que migraram para as cidades, desempenharam um papel de destaque na redução da pobreza rural, pelo envio de dinheiro de volta para as suas aldeias de origem. Em certas partes da África subsaariana, a migração masculina para as zonas urbanas levou a uma subida rápida do número de agregados chefiados por pessoas de sexo feminino no meio rural. A migração pode ter efeitos tanto positivos como negativos sobre a segurança alimentar. É importante que se realize uma análise exaustiva dos efeitos específicos da migração sobre os níveis de segurança alimentar a nível do agregado familiar e do indivíduo, antes de projectar um programa de segurança alimentar.

As remessas de dinheiro são de importância vital para os agregados familiares rurais em muitas partes do mundo. A evidência actual sugere que as remessas de dinheiro dos emigrantes, são empregues principalmente para necessidades como por exemplo a alimentação e o vestuário (Crush et. al. 2006; Siddiqui & Abrar, 2001), se bem que algum dinheiro é utilizado para melhorar a produção agrícola, contribuindo deste modo para melhorias a mais longo prazo na segurança de rendimento e alimentar. Na África Oriental, os agregados familiares rurais que têm acesso às remessas de dinheiro, são os agricultores mais produtivos. Uma pesquisa realizada por Oucho constatou que 48% das remessas urbanas de dinheiro são utilizadas ou para adquirir ou para melhorar terras produtivas (em Crush et al. 2006: 21). As remessas de dinheiro podem contribuir para fortalecer os laços entre os agregados familiares rurais e urbanos, podendo isto estimular a economia rural, aos níveis tanto do agregado familiar como da comunidade.

Contudo, a migração pode igualmente privar as zonas de mão-de-obra, e portanto, ter um efeito negativo sobre a produção e eventualmente aumentar a insegurança alimentar dos agregados familiares rurais. Em algumas partes do mundo, a migração é principalmente um fenómeno dos adultos de sexo masculino, o qual deixa as mulheres encarregues da gestão quotidiana da farma e do sustento das suas famílias. Em geral, os micro-estudos sobre a divisão de trabalho conforme o género e o uso do tempo nos sistemas agrícolas, comprovam que as mulheres rurais em agregados familiares de baixa renda trabalham uma jornada mais longa do que os homens e têm uma responsabilidade considerável pelas tarefas domésticas e agrícolas. Portanto, para as famílias rurais que estão ocupadas principalmente na agricultura, a migração masculina (e outros factores que resultam em escassez de mão-de-obra) muita das vezes transformam drasticamente a divisão tradicional de trabalho. Muita das vezes, o efeito líquido desta mudança é de aumentar a carga de trabalho das mulheres e, em alguns casos, a mesma leva a uma produtividade agrícola mais baixa por causa duma falta de mão-de-obra masculina. Frequentemente as mulheres têm que assumir novas tarefas, tais como a abertura e a lavra da terra. As mulheres compensam a falta de mão-de-obra masculina pela organização de trocas de mão-de-obra com outras mulheres, por trabalharem elas próprias uma jornada mais longa ou, caso possuam os meios a partir de remessas de dinheiro e de outras fontes de rendimento, pela contratação de mão-de-obra. Outras estratégias para arcar com as dificuldades podem incluir a redução da superfície sob cultivo ou a mudança para culturas menos intensivas no uso da mão-de-obra, se bem que menos nutritivas, ambos das quais podem comprometer a segurança alimentar a nível do agregado familiar.

Ao mesmo tempo que o dinheiro vai das zonas urbanas para as rurais, a alimentação vai das zonas rurais para as urbanas. Os agregados familiares rurais com acesso a activos produtivos, enviam alimentação para as zonas urbanas, sendo estas transferências de alimentos de importância vital para a segurança alimentar no meio urbano.

A migração e as remessas de dinheiro foram identificadas como sendo um novo tema no Plano Empresarial da Oxfam (2007 a 2010). Nos próximos anos, a Oxfam Novib identificará oportunidades para aumentar o seu apoio ao trabalho que aumentará os efeitos positivos destas tendências e minimizará os negativos.

HIV/SIDA¹¹

A Oxfam Novib reconhece que a pandemia do HIV/SIDA constitui uma grande ameaça à segurança alimentar e ao desenvolvimento. Devido ao facto da maioria dos que adoecem com o SIDA ser adultos jovens que normalmente realizam as colheitas, a produção alimentar caiu dramaticamente nos países com taxas elevadas de prevalência do HIV/SIDA (FAO, 2005). Em metade dos países da África subsaariana, estima-se que o crescimento económico por pessoa esteja a cair entre 0,5 e 1,2 por cento em cada ano, como resultado directo do SIDA. Estão a ser perdidos conhecimentos inestimáveis acerca dos métodos agrícolas indígenas e das estratégias para arcar com as faltas de alimentos. O HIV/SIDA coloca um fardo sobre os membros do agregado, sobretudo as mulheres e meninas, as quais tradicionalmente são responsáveis por cultivar a maior parte da alimentação a nível do agregado familiar e pelos cuidados dos doentes e moribundos. Quando os maridos ou pais adoecem ou morrem, as mulheres têm que assumir também as responsabilidades dos homens. Algumas consequências adicionais disto incluem as

¹¹ Para um entendimento mais completo do trabalho da Oxfam Novib sobre o HIV/SIDA, veja "Ser-se Bom Doador no Tempo do SIDA" (Oxfam Novib 2006c), "Linking AIDS with poverty, gender and sexuality (Oxfam Novib, 2001), e "Questions and Answers on HIV/AIDS and OI's 5 Strategic Aims" (Oxfam Novib 2004).

seguintes: uma mudança no volume e tipos de culturas produzidas, uma diminuição no nível académico (à medida que as crianças são obrigadas a desistir da escola mais cedo) e mudanças na composição do agregado familiar para adaptar-se ao HIV/SIDA (p. ex. a dissolução das famílias e uma incidência crescente de agregados chefiados por uma criança).

Factores biológicos e sociais tornam as mulheres e meninas mais vulneráveis ao HIV/SIDA do que os homens e os rapazes (as taxas de infecção por HIV nas mulheres jovens são às vezes três a cinco vezes mais elevadas do que são nos homens jovens). Portanto, quando adoecem, a produção alimentar sofre ainda mais pressão, as mulheres seropositivas são frequentemente estigmatizadas e, em muitos países africanos, as mulheres não têm o direito de herdar as propriedades dos seus maridos, o que pode implicar a privação para elas.

Parece que os mecanismos para arcar com as dificuldades (capital social) ficam enfraquecidos nas comunidades com uma prevalência elevada do HIV/SIDA, por causa das mudanças que se efectuam nas vidas das pessoas. Parece haver uma diminuição da capacidade social de resistência, o que leva ao desaparecimento das normas culturais que tradicionalmente são decisivas na protecção dos pobres e dos vulneráveis (as crianças, pessoas idosas e pessoas doentes) contra a insegurança alimentar. Algumas estratégias comuns para arcar com as dificuldades que são empregues pelos agregados familiares rurais africanos para tratar destes efeitos, são como se seguem: consumo reduzido de alimentos; substituição por alternativas alimentares mais baratas; dependência aumentada dos alimentos silvestres; e diversificação do rendimento (ONUSIDA, 1999). Conforme já foi referido, a má nutrição leva à produtividade económica reduzida. Mas com o HIV/SIDA os efeitos são mais devastadores. Não conseguir manter o estado nutricional, enfraquece a imunidade e aumenta a susceptibilidade às infecções oportunistas, as quais por sua vez minam o estado nutricional e aceleram o começo [onslaught or onset?] do SIDA propriamente dito. A deficiência de Vitamina A (frutas amarelas e verduras) está igualmente associada ao começo acelerado do SIDA e mesmo com um risco aumentado de infecção através da susceptibilidade aumentada às úlceras genitais.

A migração tem uma ligação empírica com o HIV/SIDA, e portanto, com a segurança alimentar. As comunidades migratórias têm taxas mais elevadas de infecção, em parte porque a migração pode encorajar as pessoas a correrem riscos mais elevados. A migração também torna difícil que as pessoas tenham acesso à educação preventiva, aos preservativos, ao tratamento, etc. Esta ligação entre o HIV/SIDA e a migração tem efeitos sobre a segurança alimentar, tanto no meio rural como no meio urbano. Por exemplo, muitas das vezes o HIV/SIDA induz as pessoas a regressarem a casa, o que pode significar mudar duma zona urbana para uma zona rural, ou de um país para outro, a fim de tomar conta dum familiar doente ou para ser cuidado. O HIV/SIDA pode igualmente criar novos motivos para a migração, uma vez que algumas pessoas com o HIV/SIDA podem emigrar para evitar o estigma.

A Oxfam Novib apoia organizações que estão a elaborar políticas sobre o HIV/SIDA a nível do local de trabalho, bem como aquelas que pretendem colocar as preocupações para com o HIV/SIDA na corrente principal dentro dos seus projectos e programas. Nas áreas altamente afectadas, é necessário que o HIV/SIDA seja inteiramente integrado no trabalho das organizações.

Pressões Ambientais

Os pobres no meio rural dependem fortemente dos recursos naturais e, como tal, são afectados gravemente pela deterioração dos mesmos, a qual pode acontecer

por muitos motivos. O uso excessivo da água, por exemplo através da bombagem excessiva do lençol de água, pode levar ao esgotamento da água que é necessária para a produção de culturas e dos animais, a pesca excessiva dos stocks de peixe pode afectar a segurança alimentar, e a perda das árvores pode significar uma perda de lenha, de materiais de construção e de outros serviços para os pobres. O abuso do solo pode levar à erosão, à perda de fertilidade e da humidade do solo, diminuindo desta maneira os rendimentos das colheitas, enquanto que o mau emprego dos pesticidas pode destruir os recursos pesqueiros e outros recursos aquáticos dos quais dependem os pobres, prejudicando a saúde dos trabalhadores agrícolas e a das suas famílias. Muitas destas tendências têm graves consequências para a segurança alimentar dos pobres rurais. A deterioração ou manejo deficiente dos recursos naturais é frequentemente devido a más políticas a nível nacional. Por exemplo, em grande parte do Sul da Ásia, a extracção do lençol de água está a ser impulsionada por subsídios aos combustíveis que beneficiam unicamente os agricultores que tenham os meios para comprar os grupos de bombas, os quais diminuem os níveis da água freática, esgotam os lençóis freáticos e degradam a qualidade da água, afectando deste modo toda a população rural. Existe alguma evidência de que a escassez de recursos naturais ou o acesso e partilha iníquos dos benefícios, constituem a causa de muitos conflitos pelo mundo. Estes problemas podem ser caracterizados como a “maldição dos recursos”. As causas subjacentes destes problemas encontram-se frequentemente aos níveis macro-económico e político: níveis baixos de gastos governamentais nos serviços sociais, gastos elevados nas forças armadas e na segurança interna, uma elevada volatilidade económica, a prontidão dos emprestadores internacionais em financiarem países endividados se bem que ricos em recursos, níveis elevados de corrupção, e a ênfase numa agricultura de elevados insumos externos para os mercados e receitas de exportação, contribuem todos para isto.

Mais uma questão afim, é o impacto da mudança climática nos meios de vida dos pobres. As mudanças induzidas pelo clima (p. ex. a frequência das secas, cheias, etc.) já estão a corroer a viabilidade dos meios de vida das pessoas pobres, sendo provável que continuem a assim fazer, de formas cada vez mais dramáticas. Estes efeitos serão sentidos mais agudamente pelos agricultores pobres de sexo feminino, que são menos capazes de adaptar-se a um contexto em mudança por causa das barreiras que enfrentam na acumulação de activos. Numa escala mais ampla, o aquecimento global vai alterar as condições agro-ambientais, afectando a adequação e produtividade das culturas e aumentando o risco das infestações por pragas e doenças. Projecta-se que os rendimentos nas colheitas na África subsaariana baixem em vinte por cento como resultado do aquecimento global¹². À medida que os rendimentos vão baixando e a procura sobe, África tornar-se-á mais dependente de importações alimentares caras, o que afectará de forma negativa ainda mais os pobres (os quais gastam mais de metade do seu rendimento nos alimentos) e em particular os [and the particularly the] pobres no meio rural (onde a infraestrutura de mercados está menos desenvolvida). Visto que os países desenvolvidos fizeram a maior contribuição para as emissões dos gases de estufa, é necessário que os mesmos tomem a dianteira na realização de cortes significativos nesses gases. É necessário igualmente que apoiem a adaptação nos países em vias de desenvolvimento, particularmente nos países mais pobres que menos contribuíram para provocar o aquecimento global. Muitas ONGs, que incluem a Oxfam Novib e a OI, entendem a mudança climática como uma questão de justiça social e estão a exigir tanto a adaptação ao clima como a mitigação. A justiça exige que os países

¹² Thornton, PK. et al. 2006. Mapping Climate Vulnerability and Poverty in Africa. Relatório ao Departamento de Desenvolvimento Internacional, ILRI. Nairobi, Quénia.

mais responsáveis pela mudança climática, e mais capazes de fornecer ajuda, suportem uma parte proporcionada dos custos.¹³

A Oxfam tenciona advogar a favor duma forte acção política para reduzir as emissões dos gases de estufa, a fim de diminuir os efeitos da mudança climática. Ela proporá um financiamento adicional para a adaptação, através de quadros a nível nacional e internacional, de modo a garantir que as pessoas pobres recebam os meios de que precisam para protegerem as suas vidas e meios de vida, dos choques e pressões relacionados ao clima, e para adaptarem de forma pró-activa as suas estratégias de meios de vida às condições ambientais variáveis ocasionadas [bought about] pelo aquecimento global.

Ao longo dos últimos anos a engenharia genética tem sido apresentada por alguns como uma solução para a fome.¹⁴ Os defensores das culturas transgénicas, a maior parte das quais foi modificada geneticamente para ser tolerante aos herbicidas ou resistente aos insectos, afirmam que as mesmas vão trazer uma gama de vantagens aos agricultores e consumidores, que incluirão rendimentos mais elevados e um uso reduzido de pesticidas. Mas estas alegações continuam sendo questionadas e contrastam-se claramente com as inquietações expressas por uma ampla gama de OSCs, ONGs e membros da comunidade científica, relativamente à saúde humana, ao meio ambiente, à bio-diversidade (natural e agro-ecológica) e a assuntos sociais e económicos. Muitas das organizações que a Oxfam Novib apoia, são da opinião de que a engenharia genética não vai solucionar a insegurança alimentar, sendo mais provável que a mine, uma vez que as culturas GM têm maior probabilidade de consolidarem o controlo sobre a agricultura detido por um pequeno número de empresas agro-industriais. Existem preocupações difundidas de que as culturas GM não tenham sido sujeitas a uma avaliação adequada dos riscos e que o seu uso difundido pode contaminar os stocks de sementes, com o potencial de prejudicar a adaptação futura [with the potential for future adaptation] contra os efeitos da mudança climática. A Oxfam Novib é da opinião de que cabe aos países em vias de desenvolvimento decidirem se querem os OGM e que os mesmos não devem ser pressionados a aceitá-los, mesmo em situações de emergência.

Outro assunto emergente que está a chamar atenção considerável actualmente, é o cultivo de culturas para combustíveis: os agro-combustíveis, os quais terão efeito sobre o uso da terra, a pobreza e a segurança alimentar. Os agro-combustíveis incluem as fontes tradicionais de combustível, como é o caso da lenha e do carvão vegetal, bem como as fontes mais recentes, tais como o etanol, o bio-diesel e o biogás. Estas novas fontes de combustíveis baseiam-se na vegetação, em culturas cultivadas especificamente para a energia, ou em formas agrícolas (e outras) de lixo e resíduos. Estes agro-combustíveis são mais limpos e mais eficientes do que no passado e, caso sejam produzidos duma maneira que reduza as emissões líquidas de carbono, podiam contribuir para a mitigação da mudança climática a nível mundial. Todavia, existem preocupações reais de que as florestas (“de chuva” – *rainforests*) sejam abatidas para disponibilizar terras para servir o mercado europeu em rápida expansão para o bio-diesel, e que o crescimento dos agro-combustíveis tenha um impacto sobre o uso das terras agrícolas. Ainda é demasiado cedo para saber

¹³ Veja-se “Africa – Up in Smoke 2”: O Segundo Relatório sobre África e o Aquecimento Global, do Grupo de Trabalho sobre a Mudança Climática e o Desenvolvimento e a Adaptação à Mudança Climática (2006) e “How Local Experiences can Shape the Debate”, Texto de Apoio da Both ENDS, Amsterdão, Agosto de 2007.

¹⁴ Em termos gerais, o termo “geneticamente modificado” refere-se a quaisquer organismos vivos em que algumas partes da composição genética (o ADN) são modificadas através dum processo de transferência dos genes, que não ocorre naturalmente ou através da reprodução convencional mas unicamente através da biotecnologia, ou aos métodos e ferramentas da biologia molecular que são referidos geralmente como a “engenharia genética” (EG). Os organismos criados através destes processos são igualmente referidos como “transgénicos”.

quais são os efeitos que os agro-combustíveis terão sobre a produção alimentar e a pobreza. A produção aumentada poderá eventualmente elevar os rendimentos dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais nos países em vias de desenvolvimento, assim melhorando a segurança alimentar. Todavia, existem igualmente riscos a nível da segurança alimentar, sobretudo se os pequenos proprietários transferirem uma parte demasiada das suas terras, da produção alimentar para os agro-combustíveis, tornando-se deste modo demasiadamente dependentes dos mercados voláteis para os produtos primários. A este respeito, os efeitos da expansão dos agro-combustíveis sobre a segurança alimentar, dependerão fortemente das políticas internacionais relativamente à tecnologia e ao comércio.

Em resumo, a migração, o HIV/SIDA, a deterioração ambiental, o uso mutável da terra e a mudança climática, têm todos um impacto sobre o acesso e uso das estratégias de meios de vida por parte dos pobres, e sobre as estratégias que estes empregam para desenvolver os seus meios de vida. É necessário que os que estejam a montar programas de segurança alimentar reconheçam estas tendências, incorporando tal reconhecimento na sua análise, uma vez que:

- Não conseguir entender a forma como estas tendências afectam a segurança alimentar a nível individual, vai diminuir o impacto dos programas.
- Um tal entendimento permite que se liguem os níveis micro e macro e que se identifiquem intervenções apropriadas aos níveis convenientes.
- Ele ajuda as organizações na melhor definição das acções que serão necessárias a diversos níveis: do indivíduo, do agregado familiar, comunitário, regional, nacional e internacional.
- Ele permite que as organizações percebam as oportunidades que possam existir para que se liguem com outras organizações.

A Parte 2 deste relatório (“O Jogo de Ferramentas”), examina em mais pormenor as formas pelas quais estas questões podem ser enquadradas dentro dos programas de segurança alimentar, de modo a maximizar a sua eficácia.

5.2 Activos de Meios de Vida

O quadro dos meios de vida reconhece cinco activos fundamentais:

- Naturais (terra, águas, árvores)
- Sociais (redes)
- Humanos (nutrição, conhecimentos, habilidades, etc.)
- Físicos (estradas, armazenagem, etc.)
- Financeiros (rendimento).

Estes activos não estão distribuídos uniformemente entre ou dentro dos agregados familiares, comunidades ou países. Cada um dos factores de classe, casta, idade, etnia e género, afecta o acesso aos activos. Quanto maior e mais variada for a base de activos, mais sustentáveis e seguros serão os meios de vida. A alimentação e a nutrição são componentes inerentes dum meio de vida, interagindo com cada um dos activos de meios de vida. É importante reconhecer a influência e interligações que existem entre a alimentação, a nutrição e estes diversos activos, como por exemplo, que:

- A alimentação sustenta a saúde e permite a participação na educação. As pessoas saudáveis e formadas conseguem trabalhar mais eficazmente para produzir ou obter alimentos e fazer melhores escolhas nutricionais.
- A produção alimentar depende do acesso aos recursos naturais (isto é, a terra, água e bio-diversidade) mas pode igualmente esgotá-los e corrompê-los.
- Os mercados em bom funcionamento e as cadeias de mercadorias são de importância vital para os produtores e consumidores dos alimentos.

- A produção, acesso e qualidade dos alimentos dependem da infra-estrutura, p. ex. para a irrigação, transportes e armazenagem.
- As comunidades são sustidas por instituições locais (quer formais quer informais), as quais fornecem apoio em alturas de escassez e podem eventualmente praticar igualmente a produção, processamento ou comercialização alimentar colectiva. O acesso às instituições e a influência sobre as mesmas (em particular as estatais), é decisivo para obter um apoio relevante e oportuno.

5.3 Transformar estruturas e processos

Isto descreve as instituições, organizações, políticas e legislação que moldam os meios de vida das pessoas. Estes funcionam a todos os níveis, desde o agregado familiar até à arena internacional, e em todas as esferas, desde a mais privada até às mais públicas. As estruturas incluem as organizações, tanto privadas como públicas, que estabelecem e implementam as políticas e legislação, fornecem serviços, compram, comercializam e desempenham todo tipo de outras funções que afectam os meios de vida. Os processos descrevem a forma como as estruturas e indivíduos operam e interagem. Eles incluem as políticas macro, sectoriais, redistributivas e regulamentares, os acordos internacionais, a legislação nacional, os mercados, cultura, normas e crenças a nível da sociedade, e as relações de poder associadas à riqueza, educação, idade, género, casta ou classe.

5.4 As estratégias de meios de vida

São as actividades efectivas que as pessoas praticam. Estas são extremamente variadas, ganhando as pessoas a sua vida a partir da agricultura, pesca, criação de gado, comércio, recolha de produtos florestais, etc. Qualquer que seja o contexto, a Oxfam Novib apoia organizações que procuram reforçar a base de activos das pessoas, de modo a ajudá-las a ganhar um salário condigno, participar na sociedade e reivindicar os seus direitos. A Oxfam Novib apoia igualmente as organizações em assuntos de feitura de lobbies e de advocacia aos níveis local, nacional e internacional, de modo a modificar as políticas e práticas que perpetuam a pobreza e a insegurança alimentar.

5.5 Os Resultados a nível dos Meios de Vida

São as realizações (ou produtos) das estratégias de meios de vida. Não devemos presumir que as pessoas estejam totalmente empenhadas na maximização do seu rendimento. É difícil ponderar o valor relativo do bem-estar aumentado em vez do rendimento aumentado, mas este é o tipo de decisão que as pessoas tomam todos os dias, ao decidirem que estratégias adoptar. Pode haver conflitos entre os resultados a nível dos meios de vida, como por exemplo quando o rendimento aumentado para um determinado grupo é realizado através de práticas que danificam a base de recursos naturais, ou quando diferentes membros do agregado familiar priorizam diversos objectivos a nível dos meios de vida – alguns deles procurando reduzir a vulnerabilidade e outros procurando maximizar o rendimento.

Em termos globais, o quadro de MSV é uma forma útil de analisar processos com níveis múltiplos. Ele pode ser empregue para projectar actividades que visam melhorar a segurança alimentar e pode igualmente ser aplicado para avaliar projectos e programas existentes, mesmo que estes não tenham sido projectados originalmente a partir duma abordagem explícita de MSV. Uma revisão dos meios de vida traz uma nova perspectiva, ao proporcionar uma oportunidade para recuar um pouco para examinar como um projecto ou programa está a afectar os meios de vida dos pobres, e para entender como é que estes impactos podem ser realçados. Uma tal revisão permite que uma organização veja:

- As formas pelas quais as actividades dos projectos/programas estão a afectar directa e indirectamente os meios de vida das pessoas e os contextos que os moldam.
- Se as prioridades das pessoas em termos de meios de vida estão a ser abordadas.
- A forma como as estratégias de meios de vida das pessoas estão a afectar a sua participação no projecto ou programa e os seus benefícios tirados do mesmo.
- A forma como as actividades podem ser adaptadas para aumentar os impactos a nível dos meios de vida para os grupos-alvo, ao mesmo tempo que permanecem compatíveis com o propósito global do projecto.



6. Feitura de lobbies, campanhas e advocacia

A Oxfam Novib envolve-se no trabalho de feitura de lobbies, campanhas e de advocacia para mudar as políticas que estão a perpetuar a pobreza. Ela faz isto através do seu trabalho com as suas contrapartes e como parte da OI. Uma das questões prioritárias nos últimos anos, é o papel do comércio internacional no desenvolvimento. Aplicamos igualmente um esforço considerável no desenvolvimento de coligações – ligando contrapartes no Norte e no Sul que trabalham sobre a agricultura e o comércio, e ligando as organizações no Sul entre si.

6.1 Monitoria do impacto da OMC sobre a segurança alimentar – o Acordo sobre a Agricultura

O comércio internacional pode desempenhar um grande papel, contribuindo para a realização duma disponibilidade maior e mais estável de alimentos nos países em vias de desenvolvimento. Contudo, é pouco provável que o comércio sozinho possa resolver os problemas de segurança alimentar enfrentados por muitos destes países. Estando a maior parte das pessoas inseguras em relação à alimentação, a viver nas zonas rurais e a depender (directa ou indirectamente) de rendimentos agrícolas, não se discute a importância da existência de sectores agrícolas fortes. Isto significa por sua vez que o impacto dos acordos comerciais agrícolas sobre os países em vias de desenvolvimento carece duma monitoria rigorosa.

O Acordo da Ronda do Uruguai que fundou a OMC em 1994, foi o primeiro acordo comercial multilateral que abrangeu a agricultura. O Acordo sobre a Agricultura comprometeu os membros à redução dos subsídios às exportações e à redefinição como tarifas de todas as restrições sobre as importações, as quais deveriam ser reduzidas gradualmente de modo a reduzir os regimes de apoio nacional que distorcem o comércio internacional. Os países em vias de desenvolvimento eram sujeitos a compromissos menos dramáticos nas suas reduções, as quais podiam ser prorrogadas ao longo dum período mais estendido; os Países Menos Desenvolvidos (PMD) não eram sujeitos a quaisquer compromissos de redução.

Contudo, tal Acordo muito pouco fez para diminuir as distorções no comércio agrícola entre os países em vias de desenvolvimento e os países industrializados. Com efeito, existe um reconhecimento difundido de que os países desenvolvidos ganharam desproporcionadamente da Ronda do Uruguai, ampliando muito o seu acesso aos mercados dos países em vias de desenvolvimento. Em Novembro de 2001 iniciou a Ronda de Doha. Estas negociações ainda em andamento cobrem uma ampla gama de assuntos [issue], incluindo a agricultura. As negociações sobre a agricultura têm estado em primeiro plano do debate político durante as negociações e são decisivas para o desfecho final. Os países em vias de desenvolvimento receberam a promessa que estas negociações equilibrariam novamente os resultados da Ronda do Uruguai, diminuiriam grandemente os subsídios nos países desenvolvidos que distorcem o comércio internacional, e levariam em conta as necessidades de desenvolvimento, incluindo a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

A Oxfam Novib e a OI fazem parte dum movimento mais amplo no sentido de tornar o comércio mais justo. A campanha para Tornar o Comércio Justo salientou o impacto negativo das regras comerciais injustas sobre os meios de vida de milhões de agricultores pobres nos países em vias de desenvolvimento. Na altura da redacção deste texto, as negociações da OMC continuam sem resolução, tendo sofrido muitas demoras. A feitura constante de campanhas contribuiu para mudar os termos do debate sobre o comércio mundial e levou a alguns avanços, como por exemplo o compromisso da UE de retirar os subsídios às exportações por fases até 2013 e de elevar o perfil do algodão. Contudo, muitas questões fundamentais continuam sem resolução, e os objectivos de desenvolvimento sofrem uma pressão constante nas negociações. A Oxfam tem vindo a defender consistentemente que as negociações produzam um acordo justo que cumpra deveras na área do desenvolvimento, em vez de se pressionar por um acordo despachado para fins políticos.

A campanha para Tornar o Comércio Justo tem sido um defensor insistente do seguinte:

- Acabar com o dumping, pondo fim aos subsídios às exportações e ao apoio interno que distorce o comércio internacional, de modo a evitar a distorção dos mercados agrícolas nos países em vias de desenvolvimento.
- Permitir que os países em vias de desenvolvimento apliquem níveis suficientes de protecção dos seus mercados, para proporcionar a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.
- Aumentar o acesso de que dispõem os países em vias de desenvolvimento aos mercados agrícolas da OCDE, pelo corte substancial das tarifas e quotas nos países desenvolvidos, permitindo o acesso livre de tarifas e de quotas para todos os produtos provenientes dos PMD e abordando as barreiras não comerciais, tais como regras de origem pesadas e inflexíveis.
- Um processo de negociações muito mais democrático e aberto, que permita mais oportunidade de participar nas negociações aos países em vias de desenvolvimento.

Enquanto o desfecho das negociações da OMC continuar pouco claro, uma nova ameaça poderá minar quaisquer avanços que forem efectuados em termos de comércio justo. As relações comerciais entre os países ricos e pobres estão a mudar agora de conversações sobre o comércio mundial, a nível da OMC, para acordos de livre comércio a nível regional e entre países (veja a seguir).

6.2 Acordos de Livre Comércio – Acordos Comerciais Regionais e Bilaterais (ACR)

Um acordo de livre comércio (ALC) elimina “praticamente todas” as barreiras ao comércio entre as partes. Isto limita gravemente a capacidade dos governos de empregarem as tarifas como ferramenta de políticas para desenvolver as suas indústrias em crescimento ou para proteger os seus agricultores e trabalhadores agrícolas. Tais dispositivos podem levar a que os agricultores pobres fiquem fora do mercado por causa de produtos importados baratos, e que as indústrias principiantes vão à falência pelo facto de não conseguirem concorrer com as empresas dos países ricos.¹⁵

Os ACR actualmente em negociação entre os países desenvolvidos e grupos de países em vias de desenvolvimento, consagram dispositivos extremamente

¹⁵ Veja-se Oxfam, *Trading Away Our Rights 2004*

desiguais e injustos. Por exemplo, a UE está a fazer ALC (referidos como Acordos de Parceria Económica – APE) com 75 das suas antigas colónias em África, nas ilhas Caraíbas e no Pacífico (ACP). Regra geral, os ACR introduzem medidas radicais de liberalização, fazendo cumprir as reivindicações de propriedade intelectual e a protecção dos investidores, sendo tudo isto muitas vezes prejudicial para o desenvolvimento. Além disso, muitos destes acordos minam o sistema multilateral baseado em regras e os avanços limitados a nível de desenvolvimento dados na OMC, onde os países em vias de desenvolvimento conseguiram em conjunto rejeitar os maus acordos e manter-se firme nas suas necessidades de desenvolvimento. Os ACR Norte–Sul minam igualmente o potencial da integração regional Sul–Sul para o desenvolvimento.

Relações extremamente desiguais de poder dentro das negociações dos ARC, podem levar a acordos que minem a segurança alimentar e o desenvolvimento rural nos países em vias de desenvolvimento, isso através de vários mecanismos.

- Subsídios distorcionantes do comércio: Os ACR obrigam muitos países em vias de desenvolvimento a [to?] assumir compromissos substanciais para com a liberalização, que abrem os seus mercados agrícolas e expõem ainda mais os seus produtores à concorrência desleal proveniente dos produtos importados altamente subsidiados.
- Acesso ao mercado para as exportações dos países em vias de desenvolvimento: os países em vias de desenvolvimento recebem muito pouco acesso aumentado ao mercado através dos ACR, porque muitos acordos tendem a excluir da liberalização os sectores agrícolas protegidos e susceptíveis dos países desenvolvidos.
- Espaço das políticas: Os ACR podem minar o poder de decisão dos países em vias de desenvolvimento, pela sua limitação das opções em termos de políticas de que eles dispõem para apoiar a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

6.3 Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS)

A integração das regras sobre a Propriedade Intelectual (PI) na OMC por via do acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual [?] Relacionados com o Comércio (TRIPS), é o resultado de lobbies consideráveis por parte das empresas. O TRIPS introduziu um sistema mundial de solução única para os padrões mínimos de protecção das patentes e para fazer cumprir as reivindicações de propriedade intelectual. Estando 97% de todas as patentes detidas nos países industrializados, os países em vias de desenvolvimento ficam a perder muito com o acordo TRIPS. A legislação rigorosa sobre as patentes ameaça a prática dos agricultores de guardarem as sementes e limita as possibilidades da produção de medicamentos genéricos baratos e as importações paralelas. Por afectar o acesso pelos pobres [poor peoples' (this means peoples as in povos/pueblos/peuples; should be people's)] às sementes e medicamentos, é provável que o acordo TRIPS afecte de forma negativa a segurança alimentar nos países em vias de desenvolvimento.

A Oxfam é da opinião de que:

- Deve ser modificada a abordagem corrente nas regras da OMC sobre o TRIPS, de esquema pré-existente, para que possam ser tomados em conta os interesses dos países em vias de desenvolvimento. As normas do TRIPS devem levar muito mais em conta o nível de desenvolvimento dos países.

- As regras da OMC não devem permitir que se patenteiem as formas de vida e os recursos genéticos vegetais.
- As regras da OMC não devem impedir que os países em vias de desenvolvimento produzam e/ou importem medicamentos genéricos baratos.
- Os países em vias de desenvolvimento devem reter o direito de elaborar sistemas alternativos para a protecção da propriedade intelectual que está inerente às variedades tradicionais de sementes.
- Os países em vias de desenvolvimento não devem procurar as regras do TRIPS, assim como outros acordos TRIPS como é o caso do UPOV 1991.

6.4 Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)

Frequentemente o FMI e o Banco Mundial minaram a capacidade dos países pobres e das pessoas pobres de se integrarem com sucesso na economia mundial. As condições dos empréstimos que eles impõem, muitas das vezes priorizam a liberalização económica rápida sem a devida consideração das consequências em termos da pobreza a curto prazo e do desenvolvimento a longo prazo. Este é um grande impedimento para que o comércio funcione em prol dos pobres.

A Oxfam Novib e a OI são da opinião de que:

- Os condicionalismos impondo a liberalização do comércio devem ser retirados dos empréstimos do FMI e do Banco Mundial.
- Deve ser proporcionado crédito retroactivo [?] para os programas de liberalização empreendidos no passado ao abrigo do FMI e do Banco Mundial pelos países em vias de desenvolvimento.
- Os diagnósticos da pobreza constantes dos Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSPs) devem incluir uma avaliação exaustiva das implicações da liberalização do comércio para a redução da pobreza e a distribuição de rendimentos.

7. Resumo da Abordagem da Oxfam Novib à Segurança Alimentar

A Tabela 2 ilustra os diferentes níveis aos quais as organizações podem abordar as questões de segurança alimentar. Algumas organizações funcionam a todos os níveis, outras a um ou dois. Quando as organizações trabalham com outros, o seu trabalho pode ter um impacto maior do que quando trabalham sozinhas. Trabalhar a diversos níveis pode contribuir para melhorar certos aspectos da segurança nutricional do indivíduo – sendo este o objectivo global de qualquer intervenção de segurança alimentar.

Tabela 2: Diferentes Níveis de Acções, Intervenções, Foco, Objectivos e Resultados

Níveis	Nível (macro) das políticas	Nível (meso) institucional	Nível (micro) dos beneficiários
Visão/Objectivos	Responder às causas estruturais da insegurança alimentar.	Capacitar as organizações para representarem as pessoas inseguras em termos alimentares.	Responder às causas directas da insegurança alimentar.
Intervenções	Financiar e apoiar organizações para o trabalho de feitura de lobbies e de campanhas.	Facilitar a resposta da sociedade civil à insegurança alimentar.	Financiar as organizações não governamentais (e outras) para implementarem directamente as actividades de segurança alimentar nas comunidades.
Resultados/ Impacto	Mudanças nas políticas favoráveis aos pobres nos domínios do comércio, dos serviços sociais básicos e dos direitos das mulheres.	Potencialização dos pobres, sobretudo as mulheres. Uma inclusão aumentada na gestão de recursos relacionados com a alimentação, cuidados e saúde, a nível da comunidade e do agregado familiar.	Segurança nutricional melhorada.



8. Avaliação da Política de Segurança Alimentar da Oxfam Novib

Em 2005 a Oxfam Novib avaliou a sua política de segurança alimentar e sua implementação por via do trabalho das contrapartes. Este exercício focalizou o período entre 1997 e 2004, com destaque para 2001 a 2004. A avaliação teve duas componentes: um estudo de gabinete que abrangeu doze países de três continentes, mais estudos no campo na Etiópia e na Guatemala. As constatações chave da avaliação vêm descritas abaixo.

A segurança alimentar carece duma abordagem globalizante: a maior parte das contrapartes entende isso, mas elas variam na medida em que o aplicam no seu trabalho. Algumas organizações entendem a segurança alimentar principalmente em termos de agricultura e de rendimentos, tendo a expectativa de que a disponibilidade e acesso aos alimentos sejam suficientes para melhorar a segurança alimentar e, desta maneira, elas atribuem prioridade insuficiente às questões de utilização.

Ligar a agricultura e a saúde: Isto foi constatado em medida reduzida comparado ao que se esperava [then expected], p. ex. nem sempre é prática normal, transmitir a informação sobre as boas práticas de cuidados, como é o caso das práticas de amamentação e de alimentação infantil, de higiene e de preparação dos alimentos, etc.

A realização da segurança alimentar através de parcerias: As contrapartes confirmaram que não se podia conseguir a segurança alimentar pelo trabalho de organizações únicas a trabalharem isoladamente. Todavia, nem sempre é fácil estabelecer parcerias para abordar todos os aspectos da segurança alimentar, visto que às vezes é difícil encontrar parceiros cujo trabalho seja complementar, sobretudo aos níveis mais altos de intervenção.

Ligar a segurança alimentar e de rendimento: A maioria das contrapartes abordam as actividades económicas tanto agrícolas como não agrícolas.

Colocar o género na corrente principal e fazer com que os homens se envolvam na nutrição: A avaliação constatou que em geral a posição das mulheres estava a melhorar nas áreas nas quais as nossas contrapartes estavam activas. As mulheres tinham aumentado o seu poder económico e estavam mais envolvidas em actividades comunitárias e organizacionais. Regra geral, as organizações contrapartes fizeram uso duma abordagem WiD (Mulher no Desenvolvimento), focalizando as necessidades práticas das mulheres em vez dos objectivos estratégicos de género. A avaliação revelou também que, enquanto que os papéis de género estavam a melhorar, as mulheres continuavam a ser quase inteiramente responsáveis pelas actividades domésticas e de cuidado, sendo ainda difícil envolver os homens nestas actividades.

Aproveitar os pontos fortes das pessoas: Todas as organizações contrapartes conseguiram ilustrar a forma como usam métodos participativos e aproveitam as ideias, prioridades e experiências das pessoas, embora ficasse evidente que havia espaço para alguns melhoramentos no maior envolvimento dos beneficiários na monitoria e avaliação.

Sistemas de monitoria e avaliação: A avaliação constatou que a maior parte dos sistemas de M&A presta atenção insuficiente à forma como os dados são utilizados na tomada de decisões estratégicas. O foco principal está na monitoria das actividades e produtos, sendo menos atenção prestada à forma como estes produtos combinados chegam a resultar na segurança alimentar. Sistemas melhorados de M&A ajudarão as nossas contrapartes a estarem mais conscientes de se elas precisam de mudar as suas estratégias (e de que forma).

Influenciar a política nacional sobre a segurança alimentar: Constataram-se alguns exemplos disto em ambos estudos, mas a influência da política de segurança alimentar a nível nacional não é largamente aplicada pela maior parte das nossas contrapartes.

Em termos globais, a avaliação concluiu que a política de segurança alimentar da Oxfam Novib é relevante e de boa qualidade, embora a sua implementação pudesse ter sido mais forte e pudesse ter proporcionado mais apoio às organizações para o seu trabalho na feitura de lobbies e de advocacia [for their work in lobbying and advocacy work] e no reforço dos seus sistemas de M&A.

Lições Aprendidas:

É necessário que as actividades de segurança alimentar abordem a disponibilidade, o acesso e a utilização. A utilização dos alimentos será melhorada apenas através de intervenções específicas, como é o caso de informação acerca da tomada de decisões a nível do agregado familiar, instrução sobre a distribuição da alimentação dentro do agregado familiar, da saúde e da nutrição. A abordagem de todos os três pilares, contribuirá igualmente para a elaboração de indicadores convenientes para a medição das mudanças ao nível do indivíduo.

Uso dos sistemas de M&A para a tomada de decisões estratégicas e a aprendizagem: É imprescindível rever regularmente as estratégias e o andamento, de forma a avaliar se os projectos estão a conseguir o(s) seu(s) impacto(s) pretendido(s).

Mainstreaming do género: Alcançar a segurança alimentar implica a abordagem das desigualdades de género, e isto por sua vez torna mais fácil que se aborde o pilar da utilização. A nível do agregado familiar, é apenas com a mudança das relações de género que os homens se envolverão mais na nutrição e as mulheres terão uma influência mais igualitária nas decisões sobre os recursos alimentares e do agregado familiar.

Conseguir a segurança alimentar através das alianças: as ONGs individuais que funcionam isoladamente, não podem conseguir a segurança alimentar. É necessário que intervenientes diversos e complementares façam alianças e trabalhem em conjunto rumo a um objectivo comum: o da melhoria do bem-estar das pessoas (a nível do seu estado nutricional ou de saúde). Tais alianças são decisivas para a realização da mudança duradoura.

O envolvimento das contrapartes na feitura de lobbies, na advocacia e nas campanhas da Oxfam: a Oxfam Novib não aproveitou na íntegra o potencial do fomento de sinergias pelo envolvimento das organizações contrapartes nas suas campanhas, feitura de lobbies e trabalho de advocacia. A Oxfam e as suas campanhas podiam beneficiar de achar formas de fazer isto.

9. Traduzir as Lições em Acção

O Plano Empresarial da Oxfam Novib (2007-2010) afirma que até ao ano 2010, a Oxfam Novib estará a desembolsar 61 milhões de EUR (35 por cento do seu desembolso total), no seu programa pelo direito básico a meios sustentáveis de vida. Este valor será desembolsado entre 495 contrapartes e alianças, das quais 205 se especializam nesta área de trabalho. A cooperação com organizações de agricultores, sindicatos, organizações dos consumidores, das mulheres e dos direitos humanos, desempenhará um papel importante dentro deste programa, tal como vai fazer a colaboração com as organizações dos cidadãos na Europa que estejam a promover o Comércio Justo. A nível dos Países Baixos, a principal organização com que trabalhamos, é a Coligação pelo Comércio Justo, enquanto que ao nível pan-europeu, trabalhamos em estreita colaboração com a Eurostep, uma associação de quinze organizações europeias de desenvolvimento.

Pretende-se que até 2010, o programa da Oxfam Novib ajude 6,8 milhões de pessoas (das quais 5 milhões de mulheres), na redução da sua insegurança alimentar e na consecução de maior segurança relativamente aos seus rendimentos. Isto será realizado através de melhorias a nível da produção, de acesso melhorado aos mercados, à terra e à água. Além disso:

- 4,1 milhões de pessoas (70 por cento delas mulheres) terão acesso aos serviços financeiros, como é o caso das micro-finanças e dos micro-seguros. A Triple Jump concederá mais de 112 milhões de EUR em micro-empréstimos e, em parceria com a MicroNed, implantará sessenta novas instituições micro-financeiras, com 300.000 clientes.
- 2,6 milhões de pessoas (70 por cento delas mulheres) sentirão melhorias nas suas condições de trabalho, incluindo aquelas que trabalham com o baixo rendimento e nas más condições de trabalho das zonas francas na América Central e nas grandes empresas de agro-processamento em África.
- Das 225 instituições com as quais a Oxfam Novib trabalha, vinte “graduarão” do estatuto de Fase 1 (inicial) para a Fase 3 (suficientemente sólida para se habilitar para empréstimos do Fundo ASN-Novib).
- Quatrocentas contrapartes da Oxfam estarão a utilizar a KIC (Infra-estrutura de Conhecimentos para e entre Contrapartes), o banco digital da Oxfam, de conhecimentos e habilidades práticos para uso na redução directa da pobreza, no desenvolvimento da sociedade civil e na advocacia.
- As políticas a nível nacional sobre a agricultura e o comércio terão melhorado no mínimo dez em países em vias de desenvolvimento, resultado em parte da influência eficaz da sociedade civil. Alguns novos acordos comerciais, incluindo os APE, conterão medidas para proteger e promover os produtores mais pobres.
- Um mínimo de quinze sociedades empresariais internacionais se terão comprometido para com os princípios da responsabilidade social empresarial. Elas aceitarão a sua responsabilidade dentro da cadeia desde o produtor até ao consumidor, procurando garantir melhores condições laborais por toda a cadeia, sobretudo para a mão-de-obra feminina. Elas elaborarão igualmente produtos e serviços para ajudar as pessoas a escaparem da pobreza.
- O governo holandês aplicará critérios claros de responsabilidade social empresarial em todos os concursos públicos, e estabelecerá um teste para o licenciamento das importações, para garantir que os direitos laborais não sejam violados.

O Plano Empresarial da Oxfam Novib (2007-2010), o Plano Estratégico da Oxfam Internacional (2007-2016) e os resultados da avaliação, identificaram várias estratégias que serão empregues para contribuir para alcançar estes objectivos.

O pessoal da Oxfam Novib será apoiado no aumento da sua compreensão conceptual da segurança alimentar. Quadros pertinentes serão convidados a participarem em sessões internas de desenvolvimento de conhecimentos sobre a segurança alimentar, de forma a melhorar a sua capacidade de identificar os riscos e oportunidades no trabalho com a segurança alimentar em que estão envolvidas as contrapartes. Será prestada uma atenção especial ao pilar da utilização e à abordagem de assuntos estratégicos de género.

Na selecção de novas contrapartes para o financiamento, a Oxfam Novib está comprometida para com o apoio às organizações que realizem uma análise exaustiva das causas da insegurança alimentar, abordem todos os três pilares da segurança alimentar, façam uso dum abordagem baseada no género e trabalhem em alianças com outros para ligar os níveis e conseguir um impacto máximo. A não abordagem destas questões será vista como um risco. O pessoal do programa da Oxfam Novib realçará igualmente a importância destas questões, nas suas visitas às contrapartes existentes.

O pessoal do programa da Oxfam Novib apoiará as contrapartes no melhoramento dos seus sistemas de M&A, em particular para que estes incluam dados ao nível do indivíduo, assim tornando visíveis os efeitos das intervenções sobre o estado nutricional.

Nos países com uma incidência elevada de HIV/SIDA, o pessoal da Oxfam Novib garantirá que o HIV/SIDA e as suas implicações sejam levados em conta nas actividades de segurança de meios de subsistência e alimentar, e nas políticas das organizações a nível do local de trabalho.

O pessoal da Oxfam Novib garantirá que as contrapartes tenham mais oportunidade de envolver-se no seu trabalho de feitura de lobbies, de advocacia e de feitura de campanhas, e que seja prestada mais atenção à garantia de que as contrapartes sejam mantidas actualizadas das actividades nestas áreas. A Oxfam Novib já emprega quadros de campanhas estratégicas, cuja tarefa é de aumentar a capacidade das contrapartes de praticarem o trabalho de feitura de lobbies. Serão envidados mais esforços para garantir que as campanhas da Oxfam Novib (Chamada Mundial à Acção contra a Pobreza, Saúde e Educação para Todos, etc.), façam ligações explícitas e claras à segurança alimentar. O novo trabalho da OI sobre o comércio, agricultura e mudança climática, proporcionará oportunidades adicionais para a abordagem da segurança alimentar. Além disso, com o envolvimento das contrapartes de forma mais activa na feitura de lobbies e de campanhas, a Oxfam Novib contribuirá para a abordagem de questões de segurança alimentar. Constam nos SPMs para os dezanove países centrais e dez agrupamentos regionais, pormenores específicos para acções no sentido de apoio às contrapartes no aumento da sua capacidade no trabalho de feitura de lobbies, campanhas e advocacia. Isto fará parte dum esforço mais abrangente no sentido de ajudar as contrapartes no desenvolvimento de ligações mais fortes entre as suas actividades aos níveis micro e macro

As contrapartes serão apoiadas no melhoramento dos seus conhecimentos sobre a segurança alimentar, com destaque para os três pilares de disponibilidade, acesso

e utilização e a importância do género dentro destes. Será necessário que as organizações estabeleçam indicadores convenientes.

A Oxfam Novib incentivará as suas contrapartes no sentido de aprenderem umas das outras e de partilharem a sua experiência de estratégias bem sucedidas de intervenção, em particular em torno do pilar da utilização. A Oxfam Novib elaborou uma ferramenta de partilha de conhecimentos – a KIC – que facilita a partilha dos conhecimentos entre as contrapartes através dum portal de Internet (www.oxfamkic.org). O portal permite que as contrapartes:

- Saibam o que estão a fazer as outras organizações na área de segurança alimentar;
- Divulguem e aprendam a partir de estratégias bem sucedidas de intervenção;
- Tenham acesso a estudos de casos, relatórios de avaliação e pesquisa sobre a segurança alimentar, que sejam relevantes e recentes;
- Achem ligações úteis aos centros de investigação que tenham perícia na segurança alimentar.

Fontes citadas

- Both ENDS (2007) Adapting to climate change: How local experiences can shape the debate, Both ENDS Briefing Paper, Amsterdam August 2007.
- Crush, J., B. Frayne and M. Grant. 2006. Linking Migration, HIV/AIDS, and Urban Food Security in Southern and Eastern Africa. The Regional Network on HIV/AIDS, Livelihoods and Food Security (RENEWAL). <http://www.ifpri.org/renewal/pdf/UrbanRural.pdf> acessado em 12 de Março de 2007.
- Deshingkar, P, & D. Start. 2003. Seasonal Migration for Livelihoods in India: Coping, accumulation and exclusion. Documento de Trabalho nº 220. Overseas Development Institute, Londres.
- DFID, 2006. Folhas de Orientação sobre os Meios Sustentáveis de Vida. http://www.livelihoods.org/info/guidance_sheets_pdfs/section1.pdf acessado em 12 de Março de 2007.
- Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas, 2006. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Cimeira Mundial da Alimentação, 13 a 17 de Novembro de 1996. Roma
- Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas, 1996. O Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, 1996. FAO, Roma.
- Jodha, N.S. 1995. Common Property Resources and the Dynamics of Rural Poverty in India's Dry Regions. *Unasylva* 45 (180). www.fao.org/docrep/v3960e/v3960e05.htm
- Loevinsohn, M. E., & S. Gillespie 2003. HIV/AIDS, Food Security and Rural Livelihoods: Understanding and Responding. Documento de Trabalho da RENEWAL nº. 2/Documento de Debate do IFPRI nº. 157. www.ifpri.org/themes/hiv/hivpubs.asp
- Oxfam 2007a. Signing away the Future: How trade and investment agreements between rich and poor countries undermine development. Texto de Apoio da Oxfam nº 101. Oxford.
- Oxfam 2007b. Plano Estratégico 2007-2012 Reivindicar a Justiça: Seis Anos Quatro Objectivos. Oxford.
- Oxfam 2006. In the Public Interest: Health, education, and water and sanitation for all. Texto de Apoio da Oxfam, Oxford.
- Oxfam 2005. Food Aid or Hidden Dumping? Separating wheat from chaff. Texto de Apoio da Oxfam nº 71, Oxford.
- Oxfam 2004. Trading away our Rights: Women working in global supply chains. Oxford.
- Oxfam Novib 2006a. Planos SPM 2007 a 2010. A Haia.
- Oxfam Novib 2006b. Bedriftsplan 2007-2010. A Haia.
- Oxfam Novib 2006c. Ser-se Bom Doador no Tempo do SIDA. A Haia.
- Oxfam Novib 2004. Questions and Answers on HIV/AIDS and OI's 5 Strategic Aims. A Haia.
- Oxfam Novib 2001. Linking AIDS with Poverty, Gender and Sexuality. A Haia.
- Pauly, D. R. Watson and J. Alder 2005. Global Trends in World Fisheries: Impacts on marine ecosystems and food security. *Phil. Trans. R. Soc. B* 360: 5–12

[www.journals.royalsoc.ac.uk/\(2vfacq45hyfs4x3u44iqqw45\)/app/home/contribution.asp?referrer=parent&backto=issue,2,15;journal,26,227;linkingpublicationresults,1:102022,1](http://www.journals.royalsoc.ac.uk/(2vfacq45hyfs4x3u44iqqw45)/app/home/contribution.asp?referrer=parent&backto=issue,2,15;journal,26,227;linkingpublicationresults,1:102022,1)

Siddiqui, T. e C. R. Abrar, 2001. Migrant Worker Remittances and Micro-Finance in Bangladesh, OIT. Daca/Genebra.

Swindale, Anne e Punam Ohri-Vachaspati. 2005. Measuring Household Food Consumption: A Technical Guide. Washington, DC, EUA: Food and Nutrition Technical Assistance (FANTA) Project, Academy for Educational Development (AED).

Thornton, PK. et al. 2006. Mapping Climate Vulnerability and Poverty in Africa. Relatório para o Departamento de Desenvolvimento Internacional, ILRI. Nairobi, Quênia. http://www.acts.or.ke/pubs/books/docs/Mapping_Vuln_Africa.pdf

Projecto do Milénio da ONU, 2005. Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals: Nova Iorque.

ONUSIDA, 1999. Sex and Youth: Contextual Factors Affecting Risk for HIV/AIDS. Uma Análise Comparativa de Estudos de Lugares Múltiplos nos Países em Vias de Desenvolvimento, Genebra.

Grupo de Trabalho sobre a Mudança Climática e o Desenvolvimento, 2006. Africa – Up in smoke 2: o Segundo Relatório sobre África e o Aquecimento Global. New Economics Foundation, Londres. www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/index.htm

Anexo

Dados e números sobre o tamanho da insegurança alimentar

Dez anos depois da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) de 1996 em Roma, o número de pessoas subnutridas no mundo continua inaceitavelmente elevado. A FAO calculou que em 2001-3.820 milhões de pessoas estavam subnutridas no mundo em vias de desenvolvimento. Desde 1990-2002 (sendo este o período de base para a meta da CMA), a população subnutrida nos países em vias de desenvolvimento baixou em apenas três milhões de pessoas (ou seja, menos de 0,5%): de 823 milhões para 820 milhões. Quase nenhum progresso foi dado rumo ao cumprimento da meta da CMA de reduzir em metade o número de pessoas subnutridas até 2015.

Tabela 3 Níveis Efectivos e Projectados de Nutrição Deficiente no Mundo em Vias de Desenvolvimento (FAO, 2006)

Região	Número efectivo de pessoas subnutridas, 1990-92 (em milhões)	Número projectado de pessoas subnutridas em 2015 (em milhões)	Meta da CMA (2015) (em milhões)
Países em vias de desenvolvimento	823	582	412
Ásia Oriental	277	123	139
América Latina e ilhas Caraíbas	60	41	30
Médio Oriente e África do Norte	24	36	12
Sul da Ásia	291	203	146
África Subsaariana	170	179	85

A Ásia, o Pacífico, a América Latina e as ilhas Caraíbas experimentaram uma redução global, tanto no número como na prevalência de pessoas subnutridas, desde o período de base da CMA. Mas tanto o Médio Oriente/África do Norte como a África subsaariana, experimentaram um aumento do número de pessoas subnutridas durante o período de onze anos a seguir ao período de base da CMA. Na África subsaariana, pela primeira vez em várias décadas, a proporção de pessoas subnutridas sofreu uma descida significativa: de 35 por cento em 1990-1992 para 32 por cento em 2001-2003. Mas o aumento da população global, significa que o número de pessoas subnutridas ainda está a aumentar, sendo desalentadora a tarefa que a região enfrenta. No Médio Oriente e na África do Norte, desde 1990-1992 subiram tanto o número como a proporção de subnutridos. Nos países em transição, o número de pessoas subnutridas aumentou ligeiramente, de 23 milhões para 25 milhões.

Os milhões de pessoas subnutridas no mundo, testemunham diariamente os problemas de pobreza e iniquidade social a nível mundial. Segundo o Projecto do Milénio da ONU (2005), o número de pessoas que vivem com 1 USD ou menos por dia, mal baixou de 1990 a 2001, tendo diminuído de 1,218 biliões para 1,089 biliões. Na África subsaariana, o número de pessoas que vivem com 1 USD ou menos por dia, subiu de 227 milhões em 1990 para 313 milhões em 2001 (Projecto do Milénio

da ONU 2005). O Sul da Ásia e a África subsaariana são as áreas centrais da pobreza absoluta, contendo 70% dos pobres do mundo. A sub-nutrição constitui um indicador chave da pobreza, tal como o é a proporção do seu rendimento que as pessoas gastam na alimentação. As pessoas pobres dedicam uma parte considerável dos seus meios limitados à obtenção de alimentos: quer nas zonas rurais quer nas zonas urbanas, as pessoas que vivem na pobreza gastam até 50 a 70% dos seus rendimentos na alimentação.

Apesar da rápida urbanização no mundo em vias de desenvolvimento, a maior parte dos pobres do mundo está baseada no meio rural e, quando não estão ocupados nas suas próprias actividades agrícolas, eles dependem do emprego e de fontes de rendimento não agrícolas que, de uma ou outra maneira, dependem da agricultura. Mesmo com a diversificação dos meios rurais de vida e com a urbanização crescente, em 2035 uns estimados 50% ou mais dos pobres do mundo estarão a viver nas zonas rurais, sendo um número significativo destes, pequenos agricultores.

Parte 2
Apresentação





Índice

Parte 2

Apresentação	52
1 Pontos chave na avaliação de projectos e programas de segurança alimentar	53
2 Analisar a situação relativamente à segurança alimentar	56
3 Estratégia do projecto	57
3.1 Descrição do problema	57
3.2 Análise dos principais intervenientes	57
3.3 Análise das causas do problema	57
3.4 Análise em termos de género, junto dos grupos-alvo	58
3.5 Análise do HIV/SIDA	59
3.6 Formulação do nível mais conveniente de intervenção	60
3.7 Implementação	60
3.8 Monitoria, avaliação e aprendizagem	60
4 Métodos	62
4.1 Recolha de dados	62
4.2 Planificação participativa	62
4.3 Identificação e selecção de intervenções apropriadas	62
5 Possíveis intervenções num programa de segurança alimentar	64
5.1 Nível do indivíduo: abordar as causas directas da subnutrição	64
5.2 Nível do agregado familiar e nível da comunidade: responder às causas subjacentes da subnutrição	64
5.3 Níveis comunitário, nacional e internacional: responder às causas estruturais da subnutrição	65
6 Indicadores para a medição das mudanças	67
6.1 Indicador (resultado): diversidade dietética	67
6.2 Indicador (resultado): estratégias para enfrentar com sucesso a nível do agregado familiar	68
6.3 Indicador (impacto): estado nutricional	69
Anexo 1 Recursos na Internet para informações e dados sobre a segurança alimentar	71

Apresentação

A Parte 2 deste relatório foi redigida especificamente para o pessoal da Oxfam Novib e para o pessoal em organizações contrapartes que trabalha em questões de segurança alimentar. Pretende-se com ela, apoiar os programas de segurança alimentar e, em particular, usá-la para a redacção de propostas de projectos/ programas que irão ao encontro dos nossos critérios e terão a melhor probabilidade de atingir os seus objectivos. A mesma deve ser lida em combinação com a Parte 1.

Ao apreciar as propostas de financiamento, a Oxfam Novib faz uso dum sistema de avaliação conhecido por Caixa de Ferramentas, o qual se baseia na teoria e prática da gestão dos riscos. Pretende-se que as questões aqui apresentadas fomentem um melhor entendimento mútuo entre a Oxfam Novib e as suas (eventuais) contrapartes na discussão de pedidos de financiamento e na implementação de programas e projectos de segurança alimentar, para que os mesmos obedeçam a determinados princípios dados. Adverte-se aos leitores para que não interpretem estas ferramentas como significando que o desenvolvimento e o melhoramento da segurança alimentar se tratem dum processo simples, linear e manejável, que dependa unicamente das intervenções eficazes das agências de desenvolvimento e das ONGs. Em vez disso, deve ser reconhecido que as mudanças na segurança alimentar constituem o resultado de processos múltiplos e complexos que envolvem as lutas e acções de vários grupos diferentes.

1. Pontos chave na avaliação de projectos e programas de segurança alimentar

Esta secção proporciona uma lista de perguntas que deverão ser colocadas ao tomar-se decisões acerca do financiamento estratégico para os programas e projectos de segurança alimentar no Sul. Elas têm a ver com as zonas tanto rurais como urbanas. Estas perguntas dizem respeito à secção da Caixa de Ferramentas sobre a Descrição da Contraparte e do Projecto.

Conceito (veja-se a Parte 1 do Documento de Exposição de Posições sobre a Segurança Alimentar)

- Qual é a definição de segurança alimentar empregue pelo projecto?
- Será que o projecto focaliza todos os três pilares da segurança alimentar (disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos)? Ou será que não faz caso de algum destes?
- O projecto faz uma distinção entre a segurança alimentar e a segurança nutricional?
- O projecto dispõe duma abordagem nitidamente definida para o melhoramento das situações alimentar e nutricional?
- A que nível/níveis é que o projecto trabalha relativamente à segurança alimentar (individual, do agregado familiar, comunitário, distrital, nacional ou internacional)?

Análise (veja-se a Parte 1 do Documento de Exposição de Posições sobre a Segurança Alimentar; e a Parte 2, Secção 2)

- Será que o projecto se baseia em conhecimentos profundos da situação referente à alimentação e à nutrição, inclusive numa análise das causas da subnutrição e num processo permanente de aprendizagem sobre esta matéria?
- Quais são os intervenientes que estão envolvidos na análise da situação? Será que todos os sectores relevantes estão envolvidos?
- Os beneficiários estão envolvidos no debate acerca da análise das causas da insegurança alimentar e da subnutrição? Será que é aplicada uma análise em termos de género?
- Existem divergências sobre as causas, entre os diversos intervenientes? Caso sim, as mesmas são explicitadas?
- Está no seu lugar, qualquer mecanismo dentro do projecto para gerir os debates com o grupo-alvo sobre as causas da insegurança alimentar e da subnutrição? Será que isto vai ser prosseguido num processo permanente de aprendizagem?
- A organização conta com um entendimento conceptual que estrutura as suas perspectivas sobre a situação de insegurança alimentar?

Estratégia para o projecto (veja-se a Parte 2, Secção 3)

- O projecto conta com uma estratégia clara para melhorar a segurança alimentar e nutricional? O ciclo do projecto será empregue?
- A estratégia proposta é coerente com os resultados da análise acima exposta?
- A estratégia proposta leva em consideração outras organizações de desenvolvimento e intervenientes a nível local?

- A estratégia é integrada, pondo em ligação intervenções ao nível micro com aquelas ao nível macro?

Actividades do projecto (veja-se a Parte 2, Secção 4)

- O projecto é multi-sectorial?
- Que sectores estão incluídos?
- Os sectores estão integrados? De que forma?
- A segurança alimentar é empregue como um princípio organizador para integrar as actividades do projecto em diversos sectores?
- Que actividades do projecto procuram directamente melhorar a segurança nutricional?
- Como é que as actividades do projecto são escolhidas? Qual é a influência detida pelas mulheres/homens sobre as opções tomadas?
- Quais são os potenciais benefícios das actividades do projecto de segurança alimentar para as mulheres, homens, crianças e pessoas idosas?
- Foi levada em conta a divisão de trabalho existente conforme o género?
- O projecto reconhece que é necessário que a carga de trabalho das mulheres não seja aumentada excessivamente?
- O projecto ajuda os agregados familiares a equilibrarem as divisões do trabalho conforme o género?
- Será que os homens são desafiados a participar de forma activa na mudança da divisão do trabalho por género?
- São levados em consideração todos os papéis das mulheres e dos homens, aos níveis produtivo, reprodutivo e comunitário?
- É possível a participação das mulheres nas actividades do projecto de segurança alimentar, dadas as suas cargas actuais de trabalho?
- A participação no projecto de segurança alimentar vai aumentar ou diminuir as cargas de trabalho das mulheres e dos homens?
- É dada consideração a questões de quem é que detém acesso aos meios produtivos e o respectivo controlo, incluindo os recursos e insumos ao projecto (p. ex. terra, florestas, cursos d'água, mercados, energia, combustível, equipamentos, tecnologia, capital, crédito e educação/formação)? Será que o acesso ao tempo e aos meios é igual entre mulheres e homens?
- A formação em segurança alimentar estará disponível por igual às mulheres e aos homens? Foram identificadas estratégias para garantir isto?
- Quem é que vai controlar os benefícios provenientes das actividades do projecto de segurança alimentar, como é o caso da receita realizada, dos alimentos produzidos, etc.?
- Será que as actividades do projecto melhorarão a influência das mulheres sobre os processos de tomada de decisões dentro do agregado familiar e a sua posição económica?
- As estratégias de extensão levam em conta os constrangimentos das mulheres em termos de tempo e mobilidade?

Monitoria e avaliação do projecto (veja-se a Parte 2, Secção 6)

- Que indicadores são/serão utilizados para medir a segurança alimentar?

Perfil organizacional

- Será que a segurança alimentar é articulada num documento sobre as políticas ou na declaração da missão?
- Caso o país esteja fortemente afectado pelo HIV/SIDA, a organização leva em conta isto e as suas implicações, na análise e no plano de acção? Os objectivos do programa de segurança alimentar são realistas, à luz dos efeitos do HIV/

SIDA? A organização conta com uma política a nível do local de trabalho sobre o HIV/SIDA para o seu pessoal?

- Será que o pessoal tem conhecimentos e habilidades específicos sobre a segurança alimentar e nutricional e as ligações entre estes e o HIV/SIDA?
- A organização tece redes com outras organizações que estão a implementar projectos de segurança alimentar?
- A organização promove o intercâmbio, colaboração e interacção com fontes externas de perícia sobre a segurança alimentar, por exemplo, através da contratação de consultores, ou de visitas de intercâmbio?
- A organização documenta a sua própria aprendizagem em relação à segurança alimentar a nível do agregado familiar e, disponibiliza-a às outras?
- Quais são os mecanismos de gestão do projecto que estão no seu lugar para facilitar a participação do grupo-alvo no projecto?

Política

- Caso todos estes pontos chave sejam levados em consideração, será que isto proporciona uma política coerente relativamente à segurança alimentar?

2. Analisar a situação relativamente à segurança alimentar

Esta secção focaliza formas pelas quais podem ser abordadas as questões que têm a ver com a situação existente de segurança alimentar.

A Parte 1 deste relatório (Secção 4) descreveu dois quadros conceptuais que consideramos indispensáveis na análise duma situação de segurança alimentar, aqueles que traçam a insegurança alimentar e os meios sustentáveis de vida (veja-se igualmente o Anexo 2). Estes quadros são decisivos na identificação dos relacionamentos de causa e efeito acerca da insegurança alimentar, devendo ser considerados pontos de partida para a análise duma determinada situação. Eles contribuem para a formulação das perguntas mais importantes sobre as causas da insegurança alimentar e da subnutrição, podendo igualmente ser utilizados para identificar eventuais intervenções que venham a rectificar de forma eficaz estes problemas.

É necessário analisar a situação relativamente à segurança alimentar a diversos níveis, a fim de determinar intervenções convenientes e praticáveis. Por exemplo, alguns constrangimentos são próprios de agregados familiares individuais (p. ex. rendimento familiar) enquanto que outros afectam uma comunidade inteira (p. ex. falta de água). Pela inclusão na análise das ligações entre os níveis micro e macro (o acesso aos alimentos pelo indivíduo e pelo agregado familiar, as políticas e instituições que influenciam isto), podem ser identificadas intervenções convenientes ao nível apropriado. Alguns problemas não encontram solução por parte duma comunidade local ou dos agregados familiares, mas antes, é necessário que sejam levados à atenção do governo local ou de outras instituições.

Num dado contexto, a formulação inicial do quadro conceptual e das intervenções que este ocasiona, vai mudar com a passagem do tempo e tornar-se mais focalizada, através da reavaliação e de análise adicional.

O uso de quadros conceptuais na análise de situações de segurança alimentar tem-se mostrado bem sucedido, uma vez que:

- realça o carácter multi-sectorial da insegurança alimentar;
- relaciona as intervenções de nível micro e macro, e;
- proporciona uma ferramenta excelente para a geração de debates entre disciplinas e sectores diferentes. Em muitos casos, as pessoas provenientes de um determinado sector, simplesmente promovem o seu próprio sector, esquecendo-se de visualizar as intervenções que elas efectuam dentro dum contexto mais amplo – isto é, o da redução da pobreza e do melhoramento da segurança alimentar.

3. Estratégia do projecto

Qualquer projecto cujo objectivo principal seja de melhorar o estado nutricional e de segurança alimentar dos agregados familiares e dos indivíduos dentro desses agregados, precisa de passar pelos oito passos a seguir.

3.1 Descrição do problema

Para criar um ponto de partida para um projecto e fundamentar as intervenções propostas, é necessário primeiro recolher dados sobre a segurança alimentar e a nutrição na zona do projecto. Para além duma descrição do contexto geral (população, geografia, recursos, infra-estrutura, serviços), a descrição focará questões tais como: o nível e natureza da insegurança alimentar e da subnutrição; o número de agregados familiares que são inseguros em termos alimentares; os agregados mais vulneráveis; até que ponto é que a insegurança alimentar é crónica, temporária ou cíclica; quaisquer categorias especiais da população que sejam mais afectadas (crianças, mulheres, refugiados, criadores de gado, etc.). É útil também comparar a zona com outras zonas do país, para mostrar porque é que a zona do projecto merece uma atenção especial. É importante realizar uma análise das tendências a nível nacional e subnacional.

3.2 Análise dos principais intervenientes

Deve ser realizada uma análise dos principais intervenientes ou “interessados” que estejam envolvidos em questões de insegurança alimentar e subnutrição, de forma a procurar parcerias e colaboração e de evitar a duplicação de esforços. É importante identificar aquelas organizações, instituições e agências que tenham um mandato para trabalhar em questões relacionadas com a segurança alimentar, isto é, nutrição, saúde, água e saneamento, agricultura e desenvolvimento social em geral. Os ministérios governamentais, instituições de investigação, igrejas, ONGs seculares, OBCs, organizações ou grupos dos direitos das mulheres e agências internacionais, têm todos a sua própria visão e actividades, as quais podem eventualmente ter alguma influência sobre a problemática da insegurança alimentar.

3.3 Análise das causas do problema

O passo a seguir envolve uma análise aprofundada das causas subjacentes da insegurança alimentar e da subnutrição. Isto deve recorrer ao quadro conceptual para a segurança alimentar (veja-se o Anexo 2 e a Secção 4 da Parte 1), o qual foi largamente utilizado para explorar e analisar a insegurança alimentar e a subnutrição. O quadro conceptual para a segurança alimentar deve ser utilizado em combinação com o Quadro de Meios Sustentáveis de Vida (veja-se o Anexo 2 e a Secção 5 da Parte 1). Estes quadros devem ser empregues como ferramentas para a colocação das perguntas certas e não como esquemas para determinar as acções. Para cada área programática e para cada situação local, a combinação e equilíbrio de causas subjacentes serão diferentes.

É útil debater as causas do problema com os diversos intervenientes e disciplinas que trabalham na mesma área. A experiência demonstra que a maior parte dos intervenientes concorda facilmente sobre uma descrição do problema, mas que o processo de se concordar acerca da importância relativa das causas, é frequentemente mais difícil. Só no caso em que existe uma visão comum sobre as causas da insegurança alimentar, é que podem ser identificadas as intervenções convenientes. Nesta fase o quadro conceptual, adaptado a nível local, pode

ser empregue como ferramenta para a comunicação entre diversos sectores e intervenientes, para analisar ainda mais as causas mais importantes da insegurança alimentar e quais são as intervenções que podem ser desenvolvidas por vários sectores ou intervenientes.

3.4 Análise em termos de género, junto dos grupos-alvo

A análise do contexto e do problema fica incompleta na ausência duma análise em termos de género. É necessário que sejam colocadas e analisadas, questões tais como a diferença nos impactos da política/programa sobre as mulheres e os homens; as vantagens e desvantagens; os papéis e responsabilidades; quem é que faz o quê, quem é que detém o quê, quem é que necessita de quê; e as estratégias e abordagens necessárias para acabar com o desnível entre os homens e as mulheres, etc., de modo a desenvolver uma imagem abrangente da situação. A análise em termos de género deve reconhecer que:

- as vidas das mulheres e dos homens, e portanto, as suas experiências, necessidades, problemas e prioridades, são diferentes;
- as vidas das mulheres não são todas iguais; os seus interesses podem ser determinados tanto pela sua condição social ou pela sua identidade étnica, como pelo seu género;
- as experiências de vida, necessidades, problemas e prioridades das mulheres, divergem entre diferentes grupos étnicos;
- as experiências de vida, necessidades, problemas e prioridades variam para grupos diferentes de mulheres (dependendo da idade, etnia, invalidez, níveis de rendimento, estado em termos de emprego, estado civil, orientação sexual e se têm dependentes);
- podem eventualmente ser necessárias estratégias diferentes para obter resultados equitativos para as mulheres e os homens, e para grupos diferentes de mulheres; e
- a análise deve visar alcançar a equidade, em vez da igualdade.

Esta análise deve fornecer a base para a organização, juntamente com os participantes do projecto, elaborarem um conjunto de “perfis” com base nas actividades e no acesso. Estes perfis são examinados separadamente a seguir.

Perfil de actividades

Quem é que faz o quê? O que é que fazem os homens e as mulheres (adultos, crianças, anciãos)? Onde e quando é que estas actividades se realizam? A organização precisa de conhecer as tarefas dos homens e das mulheres na zona do projecto, de modo a direccionar as suas intervenções para aqueles que realizam tarefas específicas. Isto envolverá a recolha de dados sobre o envolvimento das mulheres e dos homens em cada fase do ciclo do trabalho (agricultura, comércio, etc.), sobre as tarefas partilhadas e não partilhadas, e sobre o grau de rigidez da divisão de trabalho conforme o género. O objectivo do mesmo, é de garantir que as mulheres estejam abrangidas activamente no projecto e não sejam prejudicadas pelo mesmo.

Normalmente o Perfil das Actividades leva em consideração todas as categorias de actividades: produtivas, reprodutivas e de serviço relacionado com a comunidade. Ele identifica quanto tempo é gasto em cada actividade, com que frequência este trabalho é realizado (p. ex., diariamente ou de acordo com a época), quaisquer períodos nos quais existe uma procura elevada de mão-de-obra, e quaisquer exigências adicionais que a participação no programa fará sobre as mulheres, os homens e as crianças. O Perfil das Actividades identifica igualmente, onde é que se realizam as actividades, sendo no lar ou em outro sítio (na aldeia, no mercado, nos campos de cultivo ou nos

centros urbanos) e, quanto estes lugares distam do lar. Esta informação proporciona novas percepções sobre a mobilidade feminina e masculina e, permite uma avaliação do impacto do programa sobre a mobilidade, métodos de deslocação, tempo de deslocação para cada actividade, e formas potenciais de poupar tempo.

Perfil do acesso e controlo

Isto responde a perguntas tais como as seguintes: quem é que tem acesso e controlo sobre os recursos e a tomada de decisões? O Perfil de Acesso e Controlo leva em consideração recursos produtivos tais como: terra, equipamentos, mão-de-obra, capital e crédito, educação e formação. Ele faz uma distinção entre o acesso a um determinado recurso e, o controlo sobre as decisões relativas à sua alocação e uso. Ele permite que os planificadores ponderem se o projecto proposto podia eventualmente minar o acesso existente aos recursos produtivos ou podia mudar o equilíbrio de poder entre os homens e as mulheres no que diz respeito ao controlo sobre os recursos.

O perfil examina igualmente até que ponto é que as mulheres podem eventualmente ser impedidas de participar de forma equitativa nos projectos. Por exemplo, caso as mulheres tenham um acesso limitado ao rendimento ou à terra, elas podem eventualmente ser incapazes de integrar grupos que proporcionam insumos à produção e oportunidades comerciais, ou de tornar-se produtoras comerciais independentes. Certos subgrupos de homens podem eventualmente sofrer desvantagens parecidas. As intervenções (p. ex. a criação de grupos de consumidores de água ou de cooperativas) podem eventualmente determinar quem é que tem acesso e controlo sobre os recursos produtivos, sendo capazes de mudar os padrões existentes de acesso ou controlo.

3.5 Análise do HIV/SIDA¹

É necessário aplicar uma óptica específica de HIV/SIDA, a fim de garantir que este seja abordado convenientemente nos projectos e programas. Tal óptica de HIV/SIDA é uma ferramenta conceptual com que se pretende ajudar as pessoas, desde agricultores até autores das políticas, a examinarem as situações à luz do HIV/SIDA. Ela foi projectada de modo a apoiar a reflexão sobre a forma como a situação existente pode eventualmente estar a aumentar ou a diminuir os riscos que as pessoas enfrentam, quer em contrair o HIV, quer em suportar as consequências da doença e da morte relacionadas com o SIDA, e como é que as acções do projecto podem eventualmente contribuir para isto, de forma quer positiva quer negativa.

Os pormenores de como usar esta óptica, estão descritos em Loevinshon e Gillespie (2003: 28-34), podendo ser encontrados pela Internet (<http://www.isnar.cgiar.org/renewal/pdf/RENEWALWP2.pdf>). No fundo isto envolve três fases:

Fase 1: envolve uma revisão das políticas e programas existentes em termos da sua contribuição potencial (tanto positiva como negativa) para a prevenção e mitigação do HIV/SIDA. Isto pode ser feito num contexto de workshop, com uso de ferramentas participativas e com o envolvimento de quadros e participantes do projecto. Algumas questões chave que devem ser abordadas, são como se seguem:

- 1 Como é que esta política ou programa pode eventualmente aumentar a susceptibilidade das pessoas ao HIV.
- 2 Como é que esta política ou programa pode eventualmente aumentar a vulnerabilidade das pessoas às consequências do SIDA.

¹ Veja-se igualmente a Parte 1, Secção 5

Fase 2: envolve a constatação de evidências acerca das políticas e programas que é provável que tenham os maiores efeitos positivos ou negativos. Devem ser recolhidos dados quantitativos e qualitativos, com uso duma diversidade de ferramentas participativas e com o envolvimento das pessoas em questão.

Fase 3: implica a modificação dos programas e políticas, com base nas evidências fornecidas na Fase 2. Talvez seja o caso que nada no programa carece de modificação, mas no caso de ser preciso mudar determinados aspectos, será necessária uma reflexão criteriosa, de forma a projectar uma nova estratégia que efectivamente responda às questões identificadas. Isto poderá eventualmente envolver a constituição de novas alianças com outros interessados e, implicará igualmente o desenvolvimento de novos dados de base para medir o progresso relativamente a estas questões.

Em cada fase, é importante que seja abordada a questão de género, bem como outros assuntos transversais (casta, idade, etc.), em particular os seus efeitos sobre as mulheres e sobre aqueles que sejam vulneráveis a outras ameaças. Já existem várias ferramentas para o *mainstreaming* das questões de HIV/SIDA nos programas de segurança alimentar. Pormenores das mesmas podem ser encontrados no portal da KIC (www.oxfamkic.org).

3.6 Formulação do nível mais conveniente de intervenção

Há muitas considerações que as organizações parceiras devem levar em conta nesta fase: a capacidade de cada organização; os riscos e custos das intervenções programadas; a forma como os beneficiários homens e mulheres entendem as intervenções; a forma como as intervenções satisfarão as diversas prioridades e necessidades dos homens e das mulheres; etc. Nesta fase, é preciso planificar todos os passos da intervenção – desde os objectivos até às actividades e meios necessários (verba). Nesta fase é necessário que sejam identificados os indicadores chave, que mais tarde podem ser empregues para medir o progresso e sucesso das intervenções (para informações adicionais sobre indicadores para programas de segurança alimentar, veja a Parte 2, Secção 6 a seguir). Visto que as condições mudam rapidamente e, muita das vezes variam marcadamente de lugar para lugar, uma análise simples, mesmo que envolva uma ampla gama de intervenientes, pode eventualmente não ser suficiente para identificar a(s) intervenção/ões mais conveniente(s). Portanto, é importante experimentar e estar disposto a testar novas ideias de forma que seja apropriada para o contexto e os parceiros. Pode ser útil contar com várias intervenções plausíveis que possam ser testadas por várias organizações, aldeias e indivíduos, ou de forma sequencial.

3.7 Implementação

A implementação das actividades do projecto, com a participação activa dos beneficiários do projecto.

Concretização do projecto ou programa.

3.8 Monitoria, avaliação e aprendizagem

Depois que a organização inicie a implementação do programa, é imprescindível recolher dados de forma sistemática e regular para a monitoria. A recolha sistemática de dados contribui para manter as intervenções no bom caminho, adaptá-las sempre que necessário e, para ver se as actividades estão a decorrer em conformidade com o calendário.

A monitoria envolve a recolha sistemática e regular de dados por parte do pessoal e gerência do programa. A avaliação constitui um processo mais aprofundado de averiguar os impactos mais amplos e duradouros do projecto sobre a situação dos beneficiários. Num projecto de segurança alimentar, é necessário que a avaliação aborde a questão de se e até que ponto o projecto teria levado a melhorias no estado nutricional de membros individuais do agregado familiar e, se é provável que estas melhorias continuem para além da vida do programa.

O sistema de aprendizagem baseia-se numa série de laços de retroalimentação, ou seja, de aprendizagem entre interessados a diversos níveis. Isto dá aos interessados, informações convenientes e atempadas para fundamentar as suas decisões a nível de gestão, de investimento ou outras. Fazendo uso duma abordagem sistémica de aprendizagem, as equipas de investigação, avaliação e monitoria são responsáveis por proporcionar *feedback* a todos os interessados, sobretudo àqueles envolvidos na gestão aos níveis local e de programa nacional, e por encaminhar as exigências e necessidades dos participantes do projecto. É necessário que os projectos incluam um sistema de aprendizagem que seja capaz de facilitar a aprendizagem entre as pessoas nas comunidades do projecto, os gestores e parceiros do mesmo, assim como entre os fazedores das políticas a nível nacional e internacional que estejam em condições de aplicar os resultados a outros projectos e programas. O portal KIC da Oxfam Novib (www.oxfamkic.org) ajuda as contrapartes na partilha das suas ideias e experiências e a terem acesso aos conhecimentos dos outros que trabalham no mesmo assunto.

Todas estas medidas deverão ser tomadas em estreita cooperação com os principais intervenientes envolvidos.

Antes de tudo, os beneficiários dum projecto, ou seus representantes, precisam de participar tanto quanto possível em cada passo. As vantagens de tal participação são múltiplas, incluindo as seguintes:

- Uma análise mais completa do problema e menos risco de omitir assuntos ou aspectos importantes. Uma gama mais abrangente de opiniões, ideias e experiências, contribui para evitar preconceitos. O nutricionista, o especialista agrícola, o sociólogo, os líderes informais e formais, governamentais e não governamentais, mulheres e homens, todos têm a oportunidade de fazer contribuições para o processo.
- Reduzir as probabilidades de duplicação e de “reinventar a roda”. Ao convidar outras organizações e instituições para aderirem ao processo, chega-se a saber o que os outros estão a fazer, o que já foi experimentado, quais as intervenções que foram bem sucedidas, etc.
- Aumentar a sensação de compromisso e de “posse”, estando mais pessoas conscientes daquilo que está a decorrer.
- A participação dos beneficiários na implementação, monitoria e avaliação, proporciona o *feedback* necessário à gerência do programa, acerca das percepções, sentimentos e mudanças que se realizam a nível dos beneficiários.

4. Métodos

4.1 Recolha de dados

Recolha de dados primários

O pessoal do projecto e líderes comunitários devem fazer uso dos seus conhecimentos locais para avaliar e analisar a situação. Há duas principais abordagens à recolha de dados primários. Uma delas é de organizar um inquérito padronizado (por amostragem) aos agregados familiares, fazendo uso de questionários e de inquiridores formados. Um inquérito aos agregados familiares deste tipo pode abordar uma gama de questões relacionadas com o rendimento, produção alimentar, estado nutricional, saúde, etc. e pode ser combinado com observações e medições do estado nutricional. Pode-se igualmente empregar várias técnicas qualitativas, as quais podem ser agrupadas sob o termo Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), se bem que se deve tomar cuidado para integrar explicitamente nisto uma análise em termos de género, uma vez que o DRP não inclui explicitamente esta questão. As abordagens de DRP são mais flexíveis, mais rápidas e são particularmente adequadas à obtenção de informação acerca das opiniões e percepções sobre as causas subjacentes dos problemas alimentares e nutricionais. A maior parte dos metodólogos recomenda uma combinação de técnicas participativas qualitativas com inquéritos (de tamanho reduzido), para que se obtenham resultados ideais na recolha de dados.

Recolha dos dados secundários

Um projecto de segurança alimentar deve investigar que dados já existem no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional aos níveis nacional e local. As possíveis fontes de dados incluirão sites de Internet, estatística governamental, estudos especiais realizados por organizações internacionais (Banco Mundial, FAO, UNICEF, OMS, PMA) e relatórios de projectos de outras organizações que trabalham na mesma área.

4.2 Planificação participativa

Os métodos empregues mais amplamente para a planificação participativa, são várias formas de reuniões informais de grupos (nas quais os membros da comunidade classificam os problemas, prioridades e acções necessárias) e sessões mais formais de planificação, conhecidas por PPOO (Planificação de Projectos Orientada para os Objectivos). Em ambas as abordagens, é necessário garantir a participação dos grupos femininos e étnicos. Reuniões informais de grupos ao nível do grupo-alvo, podem ser empregues para projectos de pequena dimensão. Sessões de PPOO são mais adequadas a programas de maior dimensão, mais complexos e dispendiosos, nos quais vários intervenientes têm interesse. Estas reuniões envolverão uma análise mais pormenorizada e minuciosa dos objectivos, estratégias, actividades e recursos. As sessões de PPOO baseiam-se na lógica do programa. Durante as sessões, os vários intervenientes analisam os problemas, os intervenientes definem objectivos e actividades e examinam os riscos e pressupostos em volta de várias intervenções.

4.3 Identificação e selecção de intervenções apropriadas

Os seguintes critérios devem ser empregues na selecção das intervenções que deverão ser adoptadas por um programa ou projecto de segurança alimentar:

- Intervenções apropriadas para o determinado contexto devem ser identificadas, através duma análise participativa da situação, em vez de serem escolhidas

a partir dum esquema pré-existente ou dum conjunto predeterminado de intervenções.

- Deve existir uma consciência das ligações entre as causas directas e estruturais da insegurança alimentar e a importância da selecção de intervenções que liguem os níveis micro (grupo-alvo) e macro (políticas e advocacia).
- A selecção de intervenções deve ser inspirada pela análise dos potenciais diferentes dos agregados familiares e comunidades. Intervenções bem sucedidas reforçarão a base de recursos a nível do agregado familiar e aumentarão o controlo e maneio por parte dos grupos-alvo dos recursos naturais da comunidade (terra, águas, florestas, etc.) As mesmas devem reduzir a vulnerabilidade dos agregados familiares e aumentar a sua capacidade de arcar com as mudanças e choques externos.
- Os resultados das intervenções devem ser susceptíveis de monitoria e avaliação, com dados desagregados por sexo e outras dimensões de género, de forma a avaliar o seu impacto em termos de grupos-alvo específicos.

Intervenções convenientes de segurança alimentar devem ser seleccionadas com base na avaliação e análise da situação. Elas devem ser testadas e, se for necessário, adaptadas às condições e necessidades a nível local. As intervenções podem ocorrer dentro duma diversidade de sectores: agricultura, saúde, educação, água e saneamento, geração de rendimentos e outros. As mesmas devem abordar os três pilares centrais da segurança alimentar: disponibilidade, acesso e utilização, os quais são todos necessários para promover a segurança alimentar. A disponibilidade de alimentos significa garantir que esteja disponível alimentação suficiente para todas as pessoas, através da produção própria ou da compra. Isto poderá requerer um investimento em sistemas agrícolas ou de distribuição. O acesso à alimentação significa garantir melhores rendimentos para as pessoas e mais controlo para as mulheres sobre os recursos a nível do agregado familiar. Isto poderá requerer investimento na geração de rendimentos. A utilização dos alimentos significa garantir bons resultados nutricionais e a segurança nutricional. Isto pode significar um investimento em instrução nutricional, cuidados de saúde, abastecimento de água potável e saneamento.

5. Possíveis intervenções num programa de segurança alimentar

Existem três níveis possíveis de intervenção, exemplos específicos dos quais são proporcionados a seguir:

5.1 Nível do indivíduo: abordar as causas directas da subnutrição

5.1.1 Absorção insuficiente de alimentos

- Distribuição gratuita de alimentos, suplementos alimentares, vitaminas (sobretudo a Vitamina A) ou de micro-nutrientes (ferro e iodo).
- Cozinhas comunais.
- Ajuda alimentar de emergência.
- Projectos de comida pelo trabalho.

5.1.2 Doenças

- Cuidados de saúde.

5.2 Nível do agregado familiar e nível da comunidade: responder às causas subjacentes da subnutrição

5.2.1 Alimentação

- Actividades que melhoram o acesso à terra (posse da terra), sobretudo para as mulheres.
- Actividades que melhoram o acesso aos recursos agrícolas, sobretudo para as mulheres.
- Actividades de geração de rendimento, p. ex. através da provisão de crédito, da comercialização melhorada de produtos, sobretudo aqueles que visam as mulheres.
- Actividades de produção alimentar; irrigação, técnicas de conservação do solo e da água, extensão, investigação, fomento da horticultura e da criação de gado, formação, abastecimento de insumos, bancos de sementes, serviços de cuidados sanitários dos animais, etc.
- Actividades que visam controlar os preços dos alimentos aos consumidores: bancos de cereais, oficinas comunais, compras colectivas de alimentos e dispositivos para a venda e o *marketing*.
- Actividades de armazenagem e conservação dos alimentos.
- Intervenções para melhorar a infra-estrutura rural (estradas) para reduzir os custos com o transporte.
- Gestão dos recursos que constituem bens em comum (florestas, lagos de água doce, pastagem, pesca).
- Actividades para fortalecer as associações de agricultores, produtores e consumidores de alimentos.
- Prestação de serviços de extensão agrícola (capacitação).
- Apoio ao desenvolvimento de instituições locais participativas que possam sustentar e aproveitar os esforços da organização.
- Acesso à informação e alargamento das ligações da comunidade com vários intervenientes.

5.2.2 Assistência

- Actividades que contestam os papéis existentes de género dentro das famílias: p. ex. uma melhor partilha das tarefas de cuidado das crianças dentro das famílias; mais apoio para os pais (normalmente as mães) para cuidar dos seus filhos.
- Actividades que ajudam as mulheres a controlar a sua carga de trabalho (moagens de cereais, fogões melhorados, etc.).
- Actividades educacionais que auxiliam os agregados familiares com o cuidado de crianças (alimentação, cuidados de saúde, orientação das crianças) e cuidados para mulheres grávidas e lactantes (dando-lhes tempo para descansar e alimentos saudáveis, de alta qualidade).
- Creches que conseguem reduzir a carga das mulheres na provisão de cuidados permanentes para crianças pequenas, possibilitando que as mães pratiquem actividades económicas. No centro, as crianças podem igualmente receber alimentos nutritivos.
- Actividades educacionais que envolvem os homens num debate acerca da tomada de decisões dentro do agregado familiar sobre a alimentação e outros recursos familiares.

5.2.3 Saúde

- Educação acerca da saúde, higiene e nutrição
- Acesso aos serviços de saúde reprodutiva (cuidados de saúde materna, planeamento familiar, SIDA, anticoncepcionais, etc.)
- Fornecimento de água potável e saneamento
- Provisão de medicamentos essenciais, vacinações e vitaminas
- Actividades que melhoram o acesso aos serviços de saúde e de educação e respectiva comportabilidade
- A formação dos trabalhadores de saúde e dos professores
- Campanhas de desparasitação

5.3 Níveis comunitário, nacional e internacional: responder às causas estruturais da subnutrição

- Feitura de *lobbies* sobre as políticas a nível nacional, como por exemplo a política agrícola, os preços dos alimentos e os direitos à terra. Podia ser examinada a eficácia de qualquer política de segurança alimentar a nível nacional e a adequação e direccionamento dos investimentos para garantir o acesso à alimentação e respectiva disponibilidade.
- Provisão de acesso equitativo aos recursos produtivos, como é o caso da terra, tecnologia, água e crédito (obter os direitos à propriedade para os pequenos agricultores).
- Prestar uma atenção especial às necessidades dos agricultores de sexo feminino que cultivam boa parte dos alimentos para o consumo familiar.
- Garantir a sustentabilidade da produção alimentar e o aproveitamento das variedades convenientes de culturas, inclusive aquelas que sejam tolerantes à seca e ao sal, e variedades resistentes às pragas, gado pecuário melhorado e tecnologias produtivas comportáveis e favoráveis ao meio-ambiente que aumentem a produtividade.
- Reduzir a dependência da produção alimentar, relativamente aos insumos externos. A provisão de acesso confiável, atempado e conveniente aos insumos adequados, como é o caso das ferramentas, sementes, fertilizantes e, quando forem necessários, pesticidas, assim como o crédito muita das vezes necessário para a sua aquisição.
- A provisão de serviços de extensão e de assistência técnica para comunicar atempadamente aos agricultores, informações e acontecimentos a nível

da tecnologia e do manejo sustentável dos recursos e para retransmitir as preocupações dos agricultores aos investigadores e autores das políticas.

- Melhorar a infra-estrutura rural; mercados eficazes.
- A provisão do ensino primário, cuidados de saúde, água pura, saneamento seguro e a facilitação de bons padrões nutricionais.
- A provisão de formação participativa “in loco” dos agricultores. Deve ser colocada uma ênfase particular em tecnologias favoráveis ao meio-ambiente e no envolvimento das mulheres, através da abordagem dos constrangimentos específicos que estas enfrentam para participar em actividades consideradas tradicionalmente como sendo actividades masculinas.
- Feitura de *lobbies* sobre as políticas a nível internacional, como é o caso das da OMC
- Feitura de *lobbies* pelos direitos dos pequenos proprietários e dos trabalhadores agrícolas
- Feitura de *lobbies* pelos direitos da mulher e da criança.
- Não se pode conseguir o objectivo de segurança alimentar através de uma única intervenção, mas antes, o mesmo carece dum conjunto de intervenções que sejam identificadas com cuidado, interligadas e sujeitas à avaliação. A segurança alimentar fornece um princípio organizador para juntar intervenções provenientes de diversos sectores e de dentro dos mesmos, as quais no seu conjunto melhoram a segurança alimentar das pessoas.

6. Indicadores para a medição das mudanças

Devem ser empregues indicadores específicos para a monitoria e avaliação dos programas de segurança alimentar e para quantificar o seu impacto. É importante tirar medições de base no início dum determinado projecto, de forma a controlar as mudanças ao longo do período do projecto (medindo deste modo, tanto o nível inicial de insegurança alimentar, como as mudanças ao longo do tempo).

Esta secção proporciona exemplos de alguns indicadores internacionalmente reconhecidos que são considerados bons para medir a insegurança alimentar e que se comprovaram aplicáveis na prática. Tais indicadores podem igualmente ser aplicados a programas multisectoriais integrados que incluem o objectivo de melhorar a segurança alimentar e a nutrição. Todos estes indicadores medem a segurança alimentar ao nível do indivíduo, sendo este o objectivo em última instância de todos os programas de segurança alimentar.

6.1 Indicador (resultado): diversidade dietética

Isto constitui a soma dos diversos alimentos consumidos por um indivíduo ao longo dum período especificado de tempo. Pode ser a soma do número de diferentes grupos alimentares consumidos, do número de alimentos diferentes dentro dum determinado grupo alimentar, ou uma soma ponderada – na qual é dado peso adicional à frequência com a qual vários alimentos são consumidos.

Método para a geração destes dados

Pergunta-se a um ou mais membros dum agregado familiar acerca dos diversos itens alimentares que consumiram dentro dum período especificado de tempo. Caso se suspeitem diferenças dentro do agregado familiar no consumo de alimentos, estas perguntas devem ser colocadas a vários membros do mesmo agregado familiar. A experiência na implementação deste método tem mostrado que são mais úteis listas exaustivas, contendo 100 a 120 itens alimentares diferentes, do que listas mais curtas, e que as mesmas contribuem para distinguir entre os agregados familiares mais bem abastados e mais pobres. A determinação dos itens que devem constar destas listas pode ser efectuada através de exercícios de diagnóstico rápido, debates com informadores chave e consulta de trabalhos prévios de pesquisa.

Vantagens e desvantagens

O uso deste indicador origina-se na observação feita em muitas partes do mundo em vias de desenvolvimento, de que os agregados familiares consomem uma variedade mais ampla de alimentos à medida que se vão tornando mais abastados. É fácil formar os inquiridores para colocar estas perguntas e, regra geral os indivíduos as acham fáceis de se responder. O mais normal é que a colocação destas perguntas leva cerca de dez minutos por inquirido. A testagem no terreno indica: que a segurança alimentar corresponde aos níveis de aquisição de calorias; que esta contribui para controlar as mudanças sazonais em segurança alimentar (os indicadores da diversidade dietética são mais elevados imediatamente depois da altura da colheita e mais baixos durante a estação de fome) e para identificar diferenças no consumo dentro do agregado familiar. No norte do Mali, por exemplo, as mulheres relataram que eram mais susceptíveis de reduzir o seu próprio consumo alimentar durante períodos de stress, do que os seus maridos, tendo isto sido

reflectido no facto das mulheres marcarem pontuações mais baixas em termos de diversidade dietética do que os homens. Uma dieta diversa por si própria é igualmente um resultado válido de bem-estar. A desvantagem deste indicador, é que não regista as quantidades de alimentos consumidos.

6.2 Indicador (resultado): estratégias para enfrentar com sucesso a nível do agregado familiar

Este é um indicador com base na forma como os agregados familiares se adaptam à presença ou ameaça de faltas de alimentos. Coloca-se uma série de perguntas à pessoa dentro do agregado familiar que tem a responsabilidade principal pela preparação e por servir as refeições, sobre como o seu agregado está a responder às faltas de alimentos.

Método para a geração destes dados

Coloca-se uma série de perguntas à pessoa mais entendida dentro do agregado familiar relativamente à preparação e distribuição da comida. Estas podiam incluir as seguintes:

Durante os últimos sete dias:

- 1 Será que o agregado familiar consumiu menos alimentos preferidos? (Indique com um círculo a melhor resposta.) A. Nunca B. Raramente (uma vez) C. De vez em quando (duas ou três vezes) D. Frequentemente (cinco ou mais vezes).
- 2 Você reduziu a quantidade de comida servida aos homens neste agregado familiar? A. Nunca B. Raramente (uma vez) C. De vez em quando (duas ou três vezes) D. Frequentemente (cinco ou mais vezes).
- 3 Você reduziu o seu próprio consumo alimentar? A. Nunca B. Raramente (uma vez) C. De vez em quando (duas ou três vezes) D. Frequentemente (cinco ou mais vezes).
- 4 Você reduziu a quantidade de comida servida às crianças dentro deste agregado (meninos e meninas)? A. Nunca B. Raramente (uma vez) C. De vez em quando (duas ou três vezes) D. Frequentemente (cinco ou mais vezes).
- 5 Membros deste agregado familiar deixaram de tomar certas refeições? A. Nunca B. Raramente (uma vez) C. De vez em quando (duas ou três vezes) D. Frequentemente (cinco ou mais vezes).
- 6 Membros deste agregado familiar deixaram de tomar refeições durante um dia inteiro? A. Nunca B. Raramente (uma vez) C. De vez em quando (duas ou três vezes) D. Frequentemente (cinco ou mais vezes)

Vantagens e desvantagens deste indicador

Este indicador tem três características atraentes. Primeiro, é de fácil implementação, levando no caso típico menos de três minutos por agregado. Segundo, capta directamente noções de suficiência e de vulnerabilidade – será que existe actualmente comida suficiente para se comer, neste agregado familiar? – e a vulnerabilidade dos agregados familiares – é provável que aqueles agregados que recorrem a um número maior de estratégias para enfrentar com sucesso, ou que usam estratégias mais severas, sejam pobres e mais vulneráveis à privação. Terceiro, as perguntas colocadas são de fácil entendimento, tanto pelos inquiridos como pelos analistas e desenhadores do projecto.

Existem igualmente várias desvantagens. Por ser um indicador subjectivo – pessoas diferentes têm ideias diferentes sobre o que se quer dizer por “comer porções reduzidas” – a comparação entre agregados familiares ou locais é problemática, uma vez que grupos diferentes têm percepções diferentes daquilo que constitui uma dieta “segura em termos alimentares”. Os testes no terreno indicaram divergências nas respostas dos homens e das mulheres e, os agregados mais pobres tendem

a relatar quantidades menores de alimentos do que os agregados familiares mais abastados. Como consequência, este indicador é capaz de ser um tanto enganador – um agregado familiar mais rico e outro mais pobre, podem os dois relatar o consumo de quantidades reduzidas, mas isto não implica um aumento igual em insegurança alimentar. Como resultado, a avaliação do impacto duma determinada intervenção, unicamente em termos deste indicador, pode eventualmente correr o risco de que se fixem metas mais baixas para os agregados familiares mais pobres do que para os mais ricos.

Outra desvantagem, é que torna relativamente fácil que se relate de forma errada as circunstâncias dum determinado agregado. Por exemplo, os agregados familiares podem eventualmente entender que é mais provável que recebam alguma ajuda se relatarem um maior uso destas estratégias para enfrentar com sucesso, portanto eles talvez sejam tentados a exagerá-las. Por último, é necessário decidir qual é o peso que deve ser aplicado às várias perguntas e aos diferentes níveis de resposta. Podiam ser empregues técnicas de diagnóstico rápido para obter estas informações.

6.3 Indicador (impacto): estado nutricional

O diagnóstico nutricional pode constituir um elemento extremamente valioso do processo de monitoria e avaliação dentro dos programas de alívio da pobreza. Isto é por várias razões:

- As medições nutricionais proporcionam um indicador do bem-estar humano que é sensível às mudanças no abastecimento alimentar, assim como a outros processos de desenvolvimento comunitário.
- As medições nutricionais proporcionam uma avaliação não subjectiva e quantitativa do progresso verificado rumo a uma meta fixa (a eliminação da subnutrição).
- Os indivíduos que têm interesses próprios no resultado das intervenções (que incluem os próprios alvos), não conseguem falsificar facilmente as medições nutricionais.
- As medidas nutricionais são de relativamente fácil obtenção, quer em locais sentinela para o propósito de monitoria permanente, quer numa amostra da área inteira do estudo, para o propósito de avaliação.

Para avaliar se as intervenções do projecto teriam melhorado a segurança nutricional dos beneficiários, é necessário antes de tudo, identificar quais são os indicadores nutricionais que podiam plausivelmente ter sido alterados pelas intervenções do projecto e, quais são os subgrupos da população que é mais provável que tenham beneficiado. A Tabela 1 faz o resumo dos indicadores mais frequentemente empregues.

Tabela 1 Indicadores do estado nutricional habitualmente empregues

Indicadores	Interpretação
Prevalência dum altura baixa para a idade (déficit estatural) em crianças de idade pré-escolar ou escolar.	O crescimento esquelético (linear), comprometido por constrangimentos em um ou mais dos seguintes elementos: nutrição, saúde, ou interações entre a mãe e crianças de colo.
Prevalência de peso baixo para a altura (atrofia – “wasting”) em crianças de idade pré-escolar ou escolar.	As crianças padecem de magreza que resulta dum déficit energético e/ou de apetite deficiente provocado pela doença, da absorção deficiente de nutrientes ou da perda destes. Tal déficit energético pode eventualmente dever-se a uma falta de alimentação dentro do agregado familiar, ou à alimentação com alimentos de densidade reduzida de energia que saciam antes que a criança satisfaça as suas necessidades em termos de energia.
A prevalência de peso baixo para a idade (de peso inferior ao normal) em crianças de idade pré-escolar ou escolar.	Este indicador confunde os dois processos acima descritos, não sendo portanto, um bom indicador para a avaliação das necessidades.
A prevalência dum índice baixo de massa corporal nos adultos ou adolescentes.	Os adultos padecem da magreza como resultado dum absorção insuficiente de energia, dum aumento não compensado de actividade física, ou de doença (severa).
A prevalência de circunferência reduzida da parte superior média do braço nos adultos/ adolescentes.	Conforme acima. Limitar a análise ao braço, tem a vantagem de reflectir a massa de apenas três tecidos – osso, músculo e gordura – sendo estes dois últimos particularmente sensíveis ao aumento/perda do peso do corpo.

Outros indicadores que podem ser utilizados para avaliar as mudanças em segurança alimentar com a passagem do tempo em um determinado local, ou as diferenças entre locais ou grupos sociais, incluem os seguintes: indicadores da posse de activos, do consumo alimentar e das despesas. O Projecto de Assistência Técnica em Alimentação e Nutrição (FANTA) editou um guia que proporciona conselhos úteis sobre o uso de todos os indicadores examinados nesta secção (veja-se Swindale e Punam, 2005).

Anexos

Anexo 1 Recursos na Internet para informações e dados sobre a segurança alimentar*

Organização Nome	Endereço de Internet
Instituto “Pão para o Mundo” (em inglês e espanhol).	www.bread.org
FAO: Agricultura e segurança alimentar HIV/SIDA e segurança alimentar Género e segurança alimentar (em espanhol, inglês, francês, chinês e árabe).	www.fao.org http://www.fao.org/sd/hiv aids/ http://www.fao.org/gender/
FIVIMS: Apontamentos sobre a recolha e agregação de dados sobre a segurança alimentar.	www.fao.org/waicent/fivims
Freedom House: Indicadores de direitos civis e políticos.	www.freedomhouse.org/survey99
IFPRI: Repartição de consumo alimentar e nutrição. Documentos sobre a pobreza, consumo alimentar, HIV/SIDA e nutrição (em francês, inglês e espanhol).	www.ifpri.org
PNUD: Indicadores do desenvolvimento humano (em francês, inglês, espanhol e chinês).	www.undp.org/hdro/indicators/html
PNUMA/World Resources Institute: tabelas de dados ambientais (em francês, inglês, espanhol e chinês).	www.wri.org/wri/facts/data-tables.html
UNICEF: dados sobre o estado das crianças do mundo (em francês, inglês, espanhol e chinês).	www.unicef.org/sowd98/stats.htm
Banco Mundial (em francês, inglês, espanhol e chinês).	www.worldbank.org/data
OMS: Base de dados a nível mundial sobre o crescimento e nutrição das crianças Calamidades (em francês, inglês, espanhol, árabe e chinês).	www.who.int/nutgrowthdb www.who.int/disasters
IDRC/CRDI: Centro de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Internacional (em francês, inglês e espanhol)	www.idrc.ca
Feeds da Eldis Information sobre: HIV/SIDA, Segurança Alimentar, Pobreza, Clima (em inglês)	www.eldis.org
Centros de Recursos sobre a Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (RUAF) (a maior parte apenas em inglês – uma parte em francês e espanhol)	www.ruaf.org
Portal do KIC da Oxfam (em inglês, espanhol, francês e português. Podem encontrar-se aqui também, mais links sobre organizações que trabalham em questões de segurança alimentar.)	www.oxfamkic.org

* Foi feita uma tentativa de especificar as línguas em que está disponível a informação. Queira notar que isto não significa que todo o material esteja disponível nessas línguas.

Para uma lista das fontes citadas, queira consultar a Parte 1, *Enquadrar a Segurança Alimentar dentro dum Contexto de Meios de Vida: um Documento da Oxfam Novib de Exposição de Posições*

Agradecimentos

Oxfam Novib
C.P. 30919
2500 GX A Haia
Países Baixos

Número de telefone: +31 (0) 70 342 16 21
Fax: +31 (0) 70 361 44 61
E-mail: info@oxfamnovib.nl
Site de Internet: www.oxfamnovib.nl e visite o www.oxfamkic.org

Documento: 0624ZwartFoodPO2.rtf
Autor(a): Gina E. Castillo (Comentários e contribuições dados por: Anny Peters, Madelon Meijer, Gine Zwart, Ale Dijkstra, Ron Delnoye, Gigi Manicad, Heleen van den Hombergh, Rian Fokker, Bertram Zagema, Marita Hutjes, Anne Pieter van Dijk, Tilleke Kiewied)
Revisão do inglês: Nicholas Parrott, Textualhealing.nl

Criado: 10 de Maio de 2007
Modificado: Finalizado em 12 de Novembro de 2007

